

Merecem destaque especial Hermes da Fonseca e Caetano Faria. O primeiro liderou as manobras de Santa Cruz, promoveu a *Organização de 1908* – a orientação das Brigadas Estratégicas e da Arma de Engenharia e a aquisição de armamento moderno (Mauser, Madsen e Krupp, com fábricas de munições). Foi quem enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia, de onde emergiu o grosso dos *Jovens Turcos* que fundaram a *A Defesa Nacional*, em 1913, e dominaram a *Missão Indiana da Escola do Realengo* (1919-1921), a qual produziu uma elite de oficiais cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa de 1930. À Caetano de Farias se devem o Campo de Instrução de Gericinó, o Serviço Militar Obrigatório, a extinção da Guarda Nacional, as Polícias Militares como 2ª linha do Exército e o envio de oficiais para combater com o Exército Aliado na 1ª Guerra Mundial e que para cá transferiram a doutrina francesa, a criação da Aviação Militar, etc. Entre eles destacaram-se José Pessoa, Leite de Castro e outros, que atuaram complementando-os pela continuidade administrativa. Perguntado ao

Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra, respondeu: – *Devo o sucesso a ter seguido os planos deixados por meus antecessores.*

Como soldado e pesquisador de história, não passamos recibo a manipulações históricas, insistentes nos últimos anos, em jornais, revistas, livros, filmes, etc., querendo responsabilizar o Exército e as Polícias Militares pelos lutosos e sangrentos fatos ocorridos em Canudos. Muitos de seus integrantes que lá pereceram foram também grandes vítimas, por desinformação e manipulação de lideranças civis que detinham o poder constitucional para empregá-las. Isso já havia acontecido em 1875, na *Revolta dos Muckers* no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez tivesse ocorrido, não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar, como presidente do *Clube Militar*, em 1888, contra o uso do Exército como capitão de mato na perseguição de escravos fugitivos.

Vale lembrar um exemplo. Qualquer chefe de família, de que é a Pátria uma amplificação, que possuir potencialmente necessida-

des de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e, mesmo, repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas adequadas e, principalmente manter-se-ia bem informado. Mas não foi isso que as lideranças políticas fizeram. E deu no que deu.

Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir até a FEB, quando a Força fez muito boa figura, após um grande salto de operacionalidade.

Esta é, para nós, a real projeção da fraticida Guerra de Canudos.

O FUTURO DA FEDERAÇÃO

Oliveiros S. Ferreira*

Creio que este é um tema sobre o qual nos debruçamos pouco, embora esteja presente, ainda que de maneira latente, desde a descoberta

* Jornalista. O texto do Comentário reproduz sua participação no Fórum de Estudos e Debates patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, realizado em 1996.

do Brasil. Hoje, ele começa a adquirir contornos mais nítidos, em grande medida devidos à crise do Estado, que é algo mais que o somatório da crise dos Estados federados e a da União. Crise essa que podemos dizer, sem sombra de dúvida, manifesta-se para o grande público como uma crise fiscal, ou de caixa se quisermos, mas que tem características mais profundas. A rigor, o tema *O futuro da Federação* só pode ser discutido se atentarmos para fato a que se tem dado pouca atenção: a União só existe porque há uma Federação – com o perdão da obviedade. O que significa que se porventura a Federação entrar em crise, isto é, se houver uma ruptura no laço que mantém unidos os diferentes estados desde a proclamação da Independência, a União entrará em crise – como, talvez profeticamente, já disse o senador José Sarney, ao se pronunciar sobre uma das reformas propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. É preciso ter presente, ao mesmo tempo, que a questão da relação entre a União e os estados guarda íntima relação com o problema do desenvolvimento desigual

do País, aquilo que poderíamos chamar de desenvolvimento regionalizado e que, no fundo, nos levaria a examinar as queixas que se fazem no Norte-Nordeste ao *imperialismo paulista* e ao montante das transferências feitas ao Sul-Sudeste, por um lado, e, por outro lado, no Sul e Sudeste ao Norte-Nordeste por motivos semelhantes. Isso e todas as suas conseqüências, diria alguém. A questão tende a complicar-se nesse sentido de que o desenvolvimento é regionalizado (e portanto desigual, prejudicando uns em favor de outros) – pela inserção do Brasil no Mercosul e também pela pressão que os ambientalistas do mundo inteiro exercem sobre o governo federal, obrigando-o a adotar providências que afetam (e não poderia ser diferente) alguns estados e não outros. Desgraçadamente, os estados afetados são aqueles de menor desenvolvimento, o que aumenta seu sentimento de desamparo e permite que se suscite, com intensidade cada vez maior, a questão de sua pertença à Federação brasileira.

Em recente debate na Câmara dos Deputados, o deputado Prisco Viana dizia que

o sistema partidário brasileiro está em crise. Creio que devemos ter sensibilidade para perceber e coragem para dizer que, mais do que isso, o que está em crise é a Federação, vale dizer a União que teoricamente dela resulta, ainda que saibamos quais foram as condições em que se deu a constituição da Federação brasileira em 1891. Ora, dizer que a União está em crise pressupõe aceitar a conclusão inescapável: a unidade territorial corre riscos, tanto maiores quanto menor for a capacidade de a União dar resposta aos problemas que hoje se apresentam.

Deveríamos ter como referência para nossa meditação as observações de Ortega em *Espanha invertida*: os particularismos surgem quando o centro não tem mais missão a dar às partes que integram um todo. Ao examinar o processo de crescimento de Roma, ele diz: *Em toda autêntica incorporação, a força tem um caráter adjetivo. A potência verdadeiramente substantiva que impulsiona e nutre o processo é sempre um dogma nacional, um projeto sugestivo de vida em comum. Repudiemos toda interpretação estática da convivência nacional e sai*

bamos entendê-la dinamicamente. (...) As gentes não vivem juntas sem mais nem menos. (...) Os grupos que integram um Estado vivem juntos para algo: são uma comunidade de propósitos, de anelos, de grandes utilidades. Não convivem por estar juntos, mas sim para fazer alguma coisa juntos. Para acrescentar páginas adiante: Para mim, isto não oferece dúvida: quando uma sociedade se consome vítima do particularismo, pode sempre afirmar-se que o primeiro em mostrar-se particularista foi precisamente o poder central (...). A que nos convida o Poder Público a fazer amanhã em entusiasta colaboração? Há muito tempo, muito, séculos, pretende o Poder Público que os espanhóis existamos apenas para que ele se dê ao prazer de existir.

No Brasil, a tensão centralismo/localismo deixou de ser estudada, tendo-se convertido no exame das desigualdades regionais. Ora, nos momentos em que a República lutava para afirmar o Poder Central que tivesse uma missão (os anos que vão de 20 a 30), Oliveira Viana dedicou longos capítulos a mostrar a sucessão dos triunfos, seja do localis-

mo, seja do centralismo. O Segundo Reinado é o triunfo desse último e – durante ele, voltado para uma política exterior –, apesar das críticas que se lhe fazem sobre sua política interna, podemos pensar um pouco em Ortega. No instante em que o Segundo Reinado perde sua razão de ser, que não tem mais missão a cumprir nem a propor às partes que integram o País, os particularismos triunfam e a República se instala. A República é o triunfo dos localismos que vêm fermentando desde a Inconfidência. O curioso a observar nesse momento, o de 1889, é que os localismos só conseguem triunfar por intermédio da organização unitária por excelência, que é o Exército.

A República, a República Velha, é o triunfo dos localismos e é a sucessão de crises que conhecemos, mascaradas algumas, se não quase todas, pelo desejo das oligarquias excêntricas ao ecúmeno principal, se assim se pode dizer, de abalar o predomínio político (insisto no *político*) das oligarquias do Sudeste (situadas no ecúmeno Rio-São Paulo-Minas), as quais eram particularistas da mesma maneira que as demais. A

União tinha pouco a oferecer que permitisse aquilo que Renan, citado judiciosamente por Ortega, chamava de *o plebiscito cotidiano*. Ainda assim, é o Poder Central que tem a visão do que pode acontecer ao País a persistir o triunfo dos localismos: daí a reforma da Constituição em 1926. A história dessa tensão entre localismos e centralismo se poderia dizer estar marcada pelas fintas da razão: o localismo triunfa pela mão da organização unitária; o centralismo triunfa para que o particularismo paulista e mineiro ceda, no pensamento dos que fazem a Revolução de 30, lugar a outro arranjo. Esse, convém reconhecer, leva sete anos para apresentar-se pronto e acabado: é o Estado Novo de 1937 e a famosa queima das bandeiras estaduais para simbolizar a morte dos particularismos que haviam lutado para impor-se enquanto tais ao particularismo do *café com leite*. Por detrás dessa maturação, a organização unitária, que é o Exército.

Nesse apanhado sumário da história do Brasil, chegamos a 1945, que foi a tentativa de conciliar as exigências do Estado brasileiro (do

centralismo) com as dos estados federados (os localismos). Essas duas forças contendem até 1964, quando então o centralismo se impõe de novo. Em 1988, é a revanche dos localismos, que se aproveitam da incapacidade da União de oferecer qualquer projeto que faça os privatismos submeterem-se ao centro, para impor sua vontade à União e, sobretudo pelos poderes conferidos ao Senado, frustrar qualquer possibilidade de o Poder Central ter uma política dele próprio, que se espalha num ordenamento financeiro que desconsiderasse os reclamos do localismo. (Não entro no mérito político, democrático ou não, dessa solução). Apesar dessa limitação a que é submetido, o Poder Central tem sobre os estaduais uma carta de extrema importância, unitária, que são os Códigos. São eles que ainda mantêm unidos os estados ao centro, especialmente os códigos do processo e tributário.

Hoje, qual a razão fundamental dessa tensão que busco caracterizar? Descartemos a crise dos Estados federados, que dá à União a um só tempo o poder de ameaçar soluções, mas a leva a confessar ao mesmo

tempo sua debilidade por não conseguir impor suas decisões, preocupada com a relação de forças no Senado. Se no passado podíamos dizer que a tensão era em torno da autonomia das províncias, hoje podemos dizer que a raiz dela se encontra na disputa pelo poder de tributar. É em torno dessa questão que a crise se vem desenvolvendo e pode chegar ao que dizia o senador José Sarney, a uma crise da Federação. Afinal, não estão os estados em situação pré-falimentar, embora o estado não seja penhorável? A centralização do poder de tributar, que a União começou a chamar a si a partir de 1968 – deixando em tese aos estados federados o direito de se engalfinhar num jogo em que bastava o voto de um para que nada se fizesse –, se não me falha a memória, é fenômeno que vem de 37, quando se extinguem as barreiras fiscais entre os estados e se cria, pelo menos do ponto de vista tributário, um mercado nacional, ainda que o Imposto sobre Vendas e Consignações permitisse aos estados federados dispor a seu talante do excedente privado e criar embaraços à plena expansão do capital instalado no Sudeste, pela

carga excessiva de impostos que recaía sobre produtos que demandavam a periferia do sistema produtivo.

Essa, a meu ver, é a questão que pode levar à grande crise. A disputa em torno do poder de tributar (à qual se poderia acrescentar aquela outra, que nasce do desejo dos estados federados de não pagar suas dívidas com a União, exceto nos mesmos moldes em que o Brasil resgata seus débitos externos, não pode ser vista isoladamente. Deve ser encarada à luz da crise maior, que é do Estado em sentido amplo, que é a da União e a dos estados federados. Diria mesmo que a crise dos estados é até maior do que a da União, pois neles se dá a conjunção das crises de caixa, do sistema político e do sistema partidário. A relação entre a crise do sistema partidário e a crise dos estados é simples: o governante nomeia funcionários e contrata obras para tentar eleger seu sucessor, sem se preocupar com quem vai pagar a conta, mesmo que seja seu candidato o eleito. Creio que os pleitos de 1984 e 1986 nos forneceriam exemplos claros de governadores que se empenharam em colocar a máquina à dis-

posição de seu candidato que, vitorioso, se viu impossibilitado de governar, porque a folha consumia a maior parte de suas receitas, sendo então obrigado a recorrer às hoje famosas Antecipações de Receitas Orçamentárias, além de deixar de saldar compromissos assumidos na construção de obras. Um exemplo apenas: dados dos credores dão conta de que a Fazenda do estado de São Paulo deve 3 milhões de reais a empreiteiros de obras públicas! Esse fato – o recurso estabonado às ARO – é grave e o governo militar buscou acabar com a prática, dando o exemplo da cassação do governador Adhemar de Barros, que pretendia emitir bônus do Tesouro estadual (eram as ARO de então). O exemplo não foi compreendido, porém, e tudo indica que a situação anterior persiste.

O fato de a folha consumir enorme porcentagem das receitas do ICMS – e em alguns casos, mais as transferências da União – não é novo. No governo Montoro, o secretário do Planejamento, José Serra, fazia previsões pouco otimistas sobre o crescimento da folha; no governo Fleury, essas previsões

(para o ano 2000) eram ainda mais terríveis. A situação de muitos estados, hoje, mostra que essas projeções não eram desprovidas de fundamento. O que permite dizer que, à medida que a crise da União é também uma crise fiscal – afora alguém mais pessimista poder dizer que se trata de uma crise de vontade política – e à medida que o governo federal, na procura soluções de emergência, retira alguma coisa, um deltaX do Fundo de Participação, a crise dos estados tende a se agravar e a tensão entre estados e União da mesma maneira.

Outro ponto que devemos ter em mente é saber se a crise que a mim preocupa não é também uma crise cultural no sentido antropológico amplo. Preocupação que deve juntar-se ou ter como pano de fundo, seria melhor dizer assim, o que afirmei de início sobre o fato de a crise da Federação residir no fato de o centro não ter tarefas a oferecer à Nação. A crise dos estados – a crise fiscal deles – de repente é o tumor que supura, tornando expressa a consciência da diversidade cultural que poderia, no limite, separar as diferentes regiões que compõem o subcontinente.

Essa idéia que se passa a ter da diversidade cultural poderia traduzir-se assim: de repente, amplos setores intelectuais, talvez numericamente menos os setores produtivos, sentem-se diferentes e pode-se observar que há quem pretenda separar-se dos demais estados por se sentir diferente. Façamos sobre o movimento da República dos Pampas o juízo que fizemos, ele é um sintoma de que existe entre aqueles que lutaram de armas na mão para ser brasileiros – como me dizia aluna gaúcha – um sentimento de distinção que pode chegar, agravando-se a crise da União e havendo trabalho de coordenação inteligente, ao sentimento coletivo de separação. Como dizia um pensador político que andou muito em voga, primeiro um grupo sente-se diferente dos demais, depois se distingue deles e finalmente deles se separa para afirmar sua individualidade.

O Rio Grande do Sul aparece, bem vistas as coisas – talvez pelo isolamento a que a distância do ecúmeno o condena (distância agravada pela insensibilidade do governo central para a questão das ligações que vivifiquem a economia local

e intensifiquem as trocas culturais) – como o estado em que se encontra mais desenvolvida, se se pode dizer assim, a consciência da diversidade cultural. É o estado mais apegado a suas tradições e que talvez pudesse justificar, por isso, o “nós não pertencemos a essa coisa”. O caso gaúcho (se assim podemos dizer) é todo o contrário ao de São Paulo. O “caso paulista” sempre me intrigou: em 32, São Paulo se ergueu de armas na mão contra Getúlio Vargas. Em 1938, Getúlio vem a São Paulo inaugurar o túnel da Avenida Nove de Julho e é recebido pela população. Em 1945, apenas 13 anos depois, nem passada uma geração no sentido de Ortega, ele é eleito senador por São Paulo. É fenômeno que indica que a memória coletiva, se existir, não guardou certos fatos que deveriam ser marcantes, porque foram vividos com suor, sangue e lágrimas. Talvez a imigração explique esse “caso”; ou a migração interna; ou a falência das elites dirigentes – não nos esqueçamos de que, além de Vargas, os maiores expoentes do populismo brasileiro são todos de São Paulo: Adhemar de Barros e Jânio

Quadros. O fato é que, da perspectiva da unidade cultural que gera uma diversidade, o Rio Grande do Sul leva sobre São Paulo vantagem extraordinária. O Rio Grande do Sul poderia ser considerado um tipo cultural; São Paulo, não. Apesar disso, é o motor da economia brasileira.

O Norte, cuja manifestação cultural conhecemos pouco, dá-me a impressão, pelo contato que tive com a Universidade de Belém e por relato de alunos meus que estiveram na Universidade de Manaus, de sentir-se ocupado pelo resto do Brasil. Ocupado e afastado. Ele se considera tão diverso que se sente ocupado. O que não é sentimento coletivo que permita homogeneidade nacional. O Nordeste, sabemos o que pensa do Sul e do Sudeste. São Paulo é o grande imperialista e tudo o mais. De quando em quando, surgem alguns que pensam na separação, sonhando em sustentar-se com o petróleo, o turismo, isto ou aquilo.

Os dados demográficos talvez nos ajudem a compreender alguma coisa da crise de que falamos. Jogo algumas idéias ao debate. O crescimento demográfico colo-

ca interrogações e traz inquietações. O Norte é talvez uma das regiões que mais têm crescido demograficamente, mais do que o Brasil. A sua população cresceu, entre 1920 e 1940, a uma porcentagem de 0,08%, enquanto o Brasil crescia à taxa de 1,5%. Entre 40 e 50, o Norte cresceu a 2,35%, enquanto o Brasil cresce à 2,34%. Entre 50 e 60, temos 3,34% contra 3,04%. Entre 60 e 70, 3,47% contra 2,89%. Entre 70 e 80, 5,02% contra 2,48%. Entre 80 a 91, 4,29% contra 1,91%. O que indica que o Norte cresce mais que todo o Brasil e o que indica uma situação instigante, que se resume numa pergunta: de onde vem essa população, já que o crescimento vegetativo não explicaria tão altos índices de aumento populacional. Diria que vem do Sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Assim, essa região (o Sul), que tem diversidade cultural maior, que no limite da posição é separatista e que tem a melhor organização para tal, está colonizando o País. Essa região está amagando ou lançando os fundamentos bioculturais para que haja unidade. Devemos ter presente esse fi-

nômeno da mesma maneira que o seu contrário, que é o do Nordeste, onde a população cresce menos que a do Brasil: 40/50, 2,22% contra 2,34%; 50/60, 2,13% contra 3,04%; 60/70, 2,4% contra 2,89%; 70/80, 2,16% contra 2,48%; 80/91, 1,82% contra 1,93%. Ou os nordestinos entraram num sistema de controle rigoroso da natalidade, antecipando-se aos resultados globais brasileiros, ou desde muito estão migrando. Vieram sem dúvida para São Paulo, mas seu êxodo para o Sul diminuiu. Possivelmente estejam de novo adentrando o Norte. Ao mesmo tempo que se tem essa diminuição da população, pode ver-se que em boa medida é por causa disso que os índices de concentração de renda diminuem no Nordeste. Do ponto de vista das estatísticas econômicas, o Nordeste não é uma região

que se possa dizer desprestigiada. Tem crescido mais que o Brasil há algumas décadas.

Poderia alinhar números para mostrar que a propagada diferença econômica entre Sul-Sudeste e Norte-Nordeste (sem esquecer o Oeste, que também cresce) é mais retórica política do que realidade efetiva. Apesar disso, o sentimento de exploração, de distanciamento existe, e em boa medida porque não há, nessas regiões excêntricas do ecúmeno principal (ao qual se deve acrescentar hoje, para efeito de qualquer análise, o núcleo do Sudeste e parte da Bahia), recursos humanos capazes de vencer a sensação de diferença, que é mais fácil de se instalar intelectual e emocionalmente do que a sensação de pertença. Especialmente quando o centro não tem mais

tarefas a oferecer. Dessa perspectiva diria que o período que vai de 64 a 85 marca o fim político da organização unitária, que sempre teve uma tarefa a oferecer ao País. A tudo isso há de se acrescentar o fato de que pressões internacionais quanto ao meio-ambiente se exercem sobre o Brasil e que a estrutura federativa do regime obriga a que as soluções sejam dadas pelos estados, que não têm recursos para tanto. Concluiria com uma pequena observação: o Nordeste julga que o Mercosul foi feito para beneficiar o Sul e o Sudeste. Para vencer essa separação, criou-se na Sudene um órgão de entrelaçamento entre o Mercosul e o Nordeste, chefiado, pelo que se noticiou, por um diplomata. É mero detalhe burocrático, mas que talvez diga muito a respeito de nosso tema. 🌐

Marques Saraiva.
Desde 1932, estabelecendo
parcerias de sucesso.



Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro RJ
Tels: (021) 502.9498
Fax: (021) 293.5580

ORIENTAÇÃO PARA TRATAMENTO DE TEMAS SENSÍVEIS

A 5ª Subchefia – Assuntos Especiais – do Estado-Maior do Exército divulgou um livreto com o título acima, abordando os assuntos considerados sensíveis para a Força Terrestre e o pensamento desta em relação aos mesmos.

A *Defesa Nacional* endossa as colocações do documento e passa a adotá-las em sua linha editorial, sem prejuízo dos princípios estabelecidos por seus fundadores (ver ADN 774, pp. 143 e 144). Qualquer matéria que venha chocar-se com essas colocações não refletirão, em qualquer momento, o pensamento da Revista nem do Exército, sendo da responsabilidade exclusiva dos seus autores.

Na apresentação do documento, datada de 09.07.1997, o Exmo. Sr. General-de-Exército Gleuber Vieira, Chefe do Estado-Maior do Exército, que a assina, assim se expressa:

Este documento aborda os assuntos que, no momento atual, quer no cenário na-

cional ou no internacional, podem interferir, por sua natureza, na missão do Exército Brasileiro ou, de alguma forma, refletir em seus integrantes.

Tem por finalidade esclarecer os fatos, definir a posição do Exército a respeito dos mesmos e informar a seus integrantes as implicações para a Instituição.

O trabalho objetiva, ainda, proporcionar aos comandantes, nos diversos níveis, uma gama de conhecimentos pertinentes e oportunos sobre temas atuais, para serem explorados junto tanto ao público interno quanto ao público externo.

Ao ser apresentada uma “posição do Exército” é preciso ter-se o entendimento de que, numa sociedade democrática, o Exército, como força viva da Nação, não pode deixar de posicionar-se sobre os temas de interesse da Instituição, sendo esse posicionamento definido e expresso por seu órgão de Direção Geral, o Estado-Maior do Exército, conforme orientação e aprovação do Sr. Ministro.

Em seguida, o documento apresenta cada um dos

temas considerados sensíveis e o modo como o Exército os leva em consideração. É o que, a seguir, reproduzimos.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Nos últimos anos, as minorias indígenas começaram a receber atenção especial das Organizações Não-Governamentais, de segmentos da Igreja e de alguns governos estrangeiros, particularmente europeus.

Movidos por interesses os mais variados, esses organismos encontraram ressonância para suas idéias, não só nas mídias nacional e internacional como, também, em diversos organismos internacionais governamentais.

Em consequência, fruto de pressões desses órgãos sobre o governo brasileiro, aceleraram-se no País os processos de definição e de demarcação de terras indígenas.

Tais processos, baseados principalmente em considerações antropológicas e culturais, ignoram algumas vezes, aspectos políticos, sócio-econômicos e até de se-

gurança, como é o caso da faixa de fronteira. Geram, portanto, tensões sociais e problemas para estados e municípios, no que se refere principalmente à sua viabilidade econômico-financeira e, até mesmo, à sua existência física.

Embora o Exército Brasileiro, historicamente, reconheça o direito dos índios às terras que tradicionalmente ocupam, identifica algumas distorções no atual sistema demarcatório, que podem gerar potenciais riscos à desagregação territorial quando:

- coexistem população e base física suficientes para sustentar um estado autônomo;

- a contiguidade com grupos etno-lingüístico semelhantes, em países vizinhos, pode dar margem a que demandas por soberania autóctone tenham origem nesses grupos, ou que se organizem projetos de fusão e independência das áreas;

- as lideranças indígenas tomam consciência da riqueza existente sob seu domínio exclusivo e buscam, estimulados ou não por grupos econômicos, a autonomia da área.

O Exército Brasileiro tem apoiado os Projetos de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, que buscam corrigir os exageros atualmente existentes nas demarcações.

Tem, ainda, participado ativamente com pessoal e material no levantamento e na demarcação das Reservas Indígenas, em cooperação com a FUNAI, e, em conjunto com outros órgãos governamentais, incentivando todos os programas, projetos e ações que tenham como objetivo consolidar nossa soberania em tais regiões, particularmente na faixa de fronteira.

Por oportuno, cumpre recordar que as Forças Armadas, de acordo com os Art. 20 e Art. 142 da Constituição e reforçado com o Parecer nº 81 AGU/PRO-065/95, da Advocacia-Geral da União (DOU nº 240, de 15.Dez.95), têm o direito inquestionável de atuar em áreas indígenas no cumprimento de sua missão constitucional.

O relacionamento integrador do Exército com os silvícolas, que teve início com a presença do índio Poty em Guararapes, consolidou-se com a ação do Marechal Rondon e, hoje, é

identificado pela existência de centenas de índios-soldados em nossas Unidades, particularmente na Amazônia.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

O Serviço Militar Obrigatório tem sido periodicamente questionado por alguns segmentos da sociedade, particularmente por intelectuais, pela mídia, por movimentos jovens e por parlamentares, que sugerem a adoção do chamado exército profissional, com base no voluntariado.

Surgido no Brasil para eliminar distorções como "sorteio" e a "indicação" a conscrição obrigatória não discrimina quem quer que seja e consagrou-se como um direito antes de ser um dever do cidadão.

O Exército se posiciona pela obrigatoriedade do Serviço Militar porque considera, entre outras, as seguintes razões:

- processo seletivo mais rigoroso a partir de universo de escolha mais amplo, que não ocorreria no caso de ter que buscar voluntários em um mercado de trabalho totalmente desfavorável ao servidor público;

CONSCRIÇÃO

SITUAÇÃO/ANO		1996	1997
ALISTADOS		1.377.778	1.116.988 (até 30 Abr)
Incorporados/	Nº	87.423	64.033
Matriculados	%	6,34	5,73

• a possibilidade de, anualmente, fazer com que um grande número de jovens, ao passar por suas fileiras, exercite a cidadania e o civismo, evitando o distanciamento entre o Exército e a Sociedade;

• melhor representatividade regional, social e racial da população nos quadros da Força, reforçando o vínculo permanente com a sociedade e o caráter genuinamente nacional da Instituição;

• menor custo de manutenção de seus efetivos, uma vez que o conscrito percebe uma remuneração menor, não tem direito a movimentação e, como não pode ter dependentes, não onera a Força com encargos sociais; e

• a manutenção de efetivos completos nas Organizações Militares (OM).

Deve-se levar em conta, ainda, que atualmente a maior parte do efetivo de cabos e soldados é do núcleo base, o que faz com que a conscrição obrigatória represente um contingente extremamente pequeno em face do grande número de jovens disponíveis em cada classe de convocação, conforme se verifica no quadro a seguir:

O Sistema do Serviço Militar não é um processo que deva seguir modelos importados. Ele é peculiar a cada nação, em função de suas necessidades de defesa, das condicionantes econômicas e psicossociais e da sua estatura geopolítica.

O Exército já adota há mais de oitenta anos e atualmente vem intensificando os Tiros de Guerra, uma instituição tipicamente brasileira. Baseia-se em uma Escola de Treinamento Militar, mantida pela Prefeitura e dirigida pelo Prefeito de Município em que não exista Unidade da Força.

Seus alunos recebem treinamento básico e de Defesa Territorial, durante poucas horas diárias. Dessa forma, prestam o Serviço Militar previsto na Constituição, sem prejuízo sensível para suas atividades escolares ou profissionais e

sem se afastarem da família (ou sem prejuízo para a comunidade local que mantém a sua força de trabalho).

O Serviço Militar Obrigatório possibilita, ainda, que parcela significativa dos jovens brasileiros completem o processo de socialização e de formação cívica, que iniciaram em seus lares e nas suas escolas, e desenvolvam valores morais como o sentimento de respeito às leis e às instituições.

CONGRESSO NACIONAL

O Exército, através de sua Assessoria Parlamentar e de Grupos de Trabalho Interforças coordenados pelo EMFA, atua junto ao Poder Legislativo para defender os interesses da Força e de seus integrantes nos diversos Projetos de Lei e de Emenda Constitucional

(PEC) que tramitam naquela Casa.

Atualmente, transitam no Poder Legislativo dois projetos que são de alta relevância para a Instituição: a Reforma da Previdência e a Desvinculação dos Militares.

• A PEC 33C, que trata da Reforma da Previdência e modifica o Sistema Previdenciário dos Militares.

O Exército vem atuando com o objetivo de manter um regime previdenciário próprio para os militares, que reflita as peculiaridades da profissão.

Tal regime deve ser viabilizado através de preceitos constitucionais que criem as melhores condições para a elaboração de uma Lei Complementar específica para os militares.

O Exército defende que sejam observado o respeito ao direito adquirido e a manutenção da integralidade da pensão e que se estabeleça um período de transição, antes da entrada em vigor da nova sistemática, a fim de evitar modificações bruscas no atual processo de passagem para a inatividade, com sérios reflexos na estrutura da carreira.

Finalmente, o Exército sustenta a necessidade de manter a vinculação remuneratória da ativa com a inatividade, garantindo o poder aquisitivo dos que já não estão em atividade, sem postular exceções mas preservando as peculiaridades da profissão militar.

• A PEC 338, que trata da desvinculação dos militares das Forças Armadas dos demais servidores públicos.

O Exército postula a aprovação dessa proposta por considerar de todo conveniente que constem em nossa Constituição, de maneira distinta, as peculiaridades da profissão militar.

A argumentação assenta-se na existência de aspectos peculiares à carreira das armas, tais como:

– observação irrestrita do dever legal, inclusive com o sacrifício da própria vida;

– obediência rígida aos princípios da hierarquia e disciplina;

– sujeição constante à autoridade em toda a cadeia de comando, a partir do Presidente da República;

– obrigatoriedade de obedecer a rígido cerimonial e ao uso da farda;

– carreira e plano de cargos peculiares;

– proibição de sindicalização e de greves;

– dedicação exclusiva impedindo qualquer outra atividade profissional;

– sujeição a contínuas movimentações por necessidade de serviço, com reflexos no patrimônio e, até, na aquisição da casa própria.

– desempenho de atividades em áreas inóspitas insalubres e sem infraestrutura de apoio à família;

– afastamento do lar por longos períodos (exercício de campanha e missões no Brasil e no exterior);

– necessidade de manutenção de índices físicos constante aprimoramento intelectual ao longo da carreira; e

– manutenção de vínculo com a Força, ao passo para a inatividade.

Constata-se, portanto, que as características da profissão militar a destinam para uma classe diferenciada de servidor, regida por preceitos legais, com direitos, obrigações e limitações inexistentes no meio civil.

MINISTÉRIO DA DEFESA

O tema é mantido em discussão, em nível político, tendo em vista que o Presidente da República demonstrou a intenção de, durante seu governo, concretizar a existência do Ministério da Defesa.

Tal intenção está concretizada em Diretriz do Comandante Supremo das Forças Armadas, que determina ao EMFA os estudos para a referida implantação.

O Exército admite que a criação do Ministério da Defesa, em substituição aos quatro ministérios militares atualmente existentes, gera benefícios de racionalização e coordenação das atividades das Forças Armadas. Todavia, considera que, para que tal aconteça, a implantação deverá ser gradual e segura, passando pelo progressivo fortalecimento do EMFA, pela identificação das áreas prioritárias para incentivar a integração entre as Forças, pela progressiva superação das barreiras impostas pela cultura de cada Força e pela configuração do organismo que passaria a dirigir a Defesa Nacional.

O Exército considera, ainda, que a imposição

açodada de um modelo importado ou precipitada e prematuramente concebido possa levar à mera superposição de uma "cabeça" sobre os atuais Ministérios Militares, sem alcançar os benefícios da integração pretendida.

Em resumo, o Exército dispõe-se a participar ativamente dos estudos e das iniciativas para concretização da recomendação presidencial, desde que não se perca de vista que a implantação do Ministério da Defesa deve atender às realidades político-institucional, cultural e econômico-financeira brasileiras.

RELAÇÕES COM O EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

O governo brasileiro procura fortalecer as relações com os Estados Unidos, como um dos passos para aumentar nossa capacidade de influir na cena internacional. A política nacional e a militar não podem estar dissociadas, devendo manter-se coerentes.

Num momento em que as relações Brasil-Estados Unidos seguem a tendência mundial e caminham no sentido da integração e do entendimento político, a inten-

sificação das relações militares assume um papel importante.

No relacionamento com os militares dos EUA, com os do Exército em particular, duas questões podem ser destacadas: o tema Amazônia e a questão do narcotráfico.

A Amazônia é uma questão de características completamente distintas para um e para outro país. Para os militares brasileiros, além de ser um assunto de natureza militar, tem uma forte carga emocional. Para os EUA, até onde se sabe e oficialmente se reconhece, é um tema ligado a grupos preservacionistas e de pesquisa científica e, na área política, aos interessados em assuntos de meio-ambiente.

Quanto ao narcotráfico, por constar de dispositivos constitucionais vigentes, a repressão no Brasil é responsabilidade do Ministério da Justiça. Nos EUA não é diferente daqui. A participação militar é feita só em caráter especial e, mesmo assim, apoiando Agências – DEA, FBI, Polícias locais – que têm a obrigação de combater o tráfico de drogas.

Embora a região não seja prioritária para os

EUA, o Brasil merece atenção pelas possibilidades de comércio; por sua posição e peso específico na América Latina; pela capacidade de cooperar na solução de problemas relativos a meio-ambiente, drogas, violência e proliferação de armas; por atuar ativamente na Organização dos Estados Americanos (OEA) e em outras instituições internacionais; e por vir demonstrando ajustamento aos novos padrões globais, em especial no que diz respeito à democracia e à estabilidade econômica.

A intensificação da cooperação com os Estados Unidos apresentará, para o Brasil e para o Exército, uma mistura peculiar de riscos e de oportunidades. Será tão importante avaliar e neutralizar os riscos, quanto aproveitar as oportunidades. As relações militares devem ser realizadas de forma amistosa, coerente e previsíveis, buscando atender aos interesses do Exército Brasileiro, sem idéias preconcebidas ou posicionamentos passionais. Têm sido assim historicamente e devem ser preservadas.

Contenciosos entre o Brasil e os Estados Unidos

existem e vão continuar a acontecer, sem que isso implique a existência de conflitos mais sérios ou que as diferenças sejam transportadas para outros campos, em prejuízo de ambas as partes.

Desse modo, não há restrições para que o Exército preste informações sobre qualquer assunto que possa ser facilmente obtido por outros meios. Tem sido enfatizado que o combate ao narcotráfico não é um problema atinente ao Exército e as experiências trocadas em intercâmbios devem ater-se aos aspectos comuns da atuação dos exércitos nesse tipo de atividade.

O Exército Brasileiro, como é normal, vê com preocupação qualquer tentativa de influência ou interferência, aberta ou velada, em assuntos referentes à soberania e aos assuntos internos do País. Não é raro que uma ação conduzida sem observar determinados parâmetros de comportamento entre nações gere desentendimento.

A presença do Exército em foros importantes, nacionais ou internacionais, destina-se a definir posições, com o objetivo de não deixar dúvidas quanto aos pontos que, por princípio,

são posições de nossas políticas externa e militar.

O EXÉRCITO BRASILEIRO E A DIGNIDADE HUMANA

A Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu em 1948, no âmbito da ONU, com a finalidade de estabelecer parâmetros e limites que permitissem defender o cidadão contra os abusos cometidos pelo Estado ou por seus agentes. Sua premissa básica é que nenhuma autoridade pode violar as leis sob o pretexto de defendê-las.

A ONU tem apoiado todas as propostas que visem ao respeito à dignidade humana e o segmento militar, cada vez mais, tem sido chamado a colaborar para difundir o assunto, que já foi chamado de "a nova ideologia das democracias deste final do século".

A participação dos militares, detentores do monopólio do exercício da força – em nome da nação a que servem –, na luta em prol do respeito à dignidade humana, esta inserida nos esforços pela defesa e afirmação do valor do Estado Democrático, que tem como principal finalidade atender ao indivíduo, garantindo-lhe viver dentro da

um padrão de dignidade con-
dizente com sua natureza.

O Exército Brasileiro, por força dos interesses nacionais e em cumprimento às disposições da ONU, tem empregado seus militares em diversas partes do mundo. Em nenhuma destas oportunidades foi registrado qualquer fato que desabonasse a conduta de nossos soldados no que concerne a possíveis abusos à dignidade das pessoas com as quais tiveram contato. O mesmo ocorre quando de seu emprego em ações de segurança interna e em atividades subsidiárias.

A profissão militar traz em seu bojo algumas características que a fazem única no seio da sociedade que a abriga. O respeito às leis, o espírito de disciplina, o culto aos valores éticos e morais que uma nação exige de seus soldados, seu caráter nacional e papel integrador, fazem da Instituição militar e dos militares veículos ideais para praticar a cultura do respeito à dignidade humana. O Exército, por norma e convicção, adota procedimentos e exige um comportamento ético de seus integrantes que garantem este respeito.

O Exército entende que o comportamento que se es-

pera de um soldado está diretamente relacionado com a ação de comando, a liderança e o bom exemplo. Em consequência, tem sido preocupação, cada vez maior, aprimorar o processo de seleção dos militares que terão o privilégio de exercer funções de Comando, Chefia e Direção, em todos os níveis da Força Terrestre.

Além disso, como instituição permanente e parte efetiva do Estado Democrático de Direito, determina, como norma de conduta para seus integrantes, o respeito à Constituição Federal, às leis do país e às convenções internacionais.

Assim procedendo, o Exército Brasileiro está participando de forma efetiva na criação e difusão de uma cultura que valoriza a dignidade humana, princípio essencial expresso na Lei Magna do País.

Difundir esse posicionamento de forma ampla deve ser a meta básica, fazendo ver aos públicos interno e externo que esse é o compromisso da Instituição com a Nação Brasileira.

SEGURANÇA REGIONAL

Apesar de considerar que há potenciais de fricção

entre alguns países na América do Sul, é pequena a probabilidade de ocorrência de algum tipo de confronto em nível nacional, à luz das novas circunstâncias mundiais e regionais.

Com a criação do MERCOSUL, que é essencialmente um organismo de caráter econômico e comercial, diminuiram ainda mais, pelo menos em tese, as possibilidades de surgimento de um conflito armado nessa área. Como há interesse de que o bloco cresça, é lícito inferir-se que a integração e a cooperação são objetivos gerais a serem atingidos pelos países sul-americanos. Tal meta é incompatível com o surgimento ou manutenção de antagonismos que não possam ser resolvidos pela via da negociação.

Há muito tempo já existem nessa região mecanismos normais de cooperação e amizade entre as Forças Armadas, de natureza multilateral ou bilateral, que têm o apoio e a plena participação do Brasil.

A aproximação militar dos Exércitos do Cone Sul, paralelamente ao MERCOSUL, já vem sendo feita em caráter bilateral, buscando estabelecer pontos comuns que propiciem o entendi-

mento e o fortalecimento mútuo das Forças Armadas no nível regional.

Os objetivos de aproximação têm sido alcançados por intermédio de toda a ordem de contatos de alto nível, fomento às medidas de confiança mútua e realização de reuniões, exercícios, visitas nos mais diversos níveis, simpósios e seminários entre Exércitos dos países do MERCOSUL.

O Brasil, por entender a natural vocação do MERCOSUL para o comércio, aceita o fato de que nenhum grupo de trabalho ou comitê da associação foi criado para tratar de assuntos militares. Os movimentos que têm sido feitos no sentido de se criar um nicho militar no MERCOSUL não têm sido de iniciativa do Brasil que, por ora, limita-se a observar e a acompanhar tais iniciativas.

A ênfase excessiva no tema da agregação do componente militar ao ideário gerador do MERCOSUL, pode provocar o aparecimento de idéias de criação de Força Militar integrada ou algo semelhante, que contraria nossos princípios de Política Externa.

Recentemente, estreitaram-se mais ainda os laços

entre o Brasil e a Argentina, com a assinatura de um "Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação", que cria um mecanismo permanente para o fortalecimento das relações bilaterais em matéria de defesa e segurança internacional. O objetivo do mecanismo criado será o exame, a avaliação, a implementação e o acompanhamento das questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo, em alto nível, sem inferência nas iniciativas em curso e em perspectiva, acertadas pelos estamentos militares dos países envolvidos.

Da mesma forma que o MERCOSUL surgiu a partir de um tratado entre Brasil e Argentina, é lícita a conclusão de que possa vir a surgir algum mecanismo na área de defesa e segurança que possa abranger mais países da América do Sul.

MEIO AMBIENTE

A preservação ambiental é um objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente, que visa a assegurar no país qualidade ambiental propícia à vida, ao desenvolvimento sócio-econômico, à defesa dos interesses

de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Sua base está na Constituição da República (Art. 225) e sua ação fundamenta-se em promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O Exército por sua presença nacional, que se estende aos mais longínquos rincões da Pátria, e pelos milhares de jovens de todas as origens que anualmente, através do serviço militar inicial, integram suas fileiras, nelas iniciando ou completando sua educação, constitui-se em poderoso instrumento implementador da Política Nacional do Meio Ambiente.

Além da educação ambiental pela conscientização de seus quadros, o Exército vigia e preserva os espaços territoriais que lhe são atribuídos pelo Patrimônio da União definidos como áreas de interesse ecológico, neles protegendo a flora e a fauna.

Em suas ações no território, desde sua remota origem, evita prejuízos aos ecossistemas, recupera

meio ambiente degradado por ações extrativistas e cumpre integralmente os quesitos legais quanto ao impacto ambiental, quando da construção de instalações militares ou da realização de atividades potencialmente causadoras de risco de degradação ambiental.

Seus integrantes seguem estritamente as Normas Básicas para a Preservação Ambiental da Tropa em Exercícios, que fixam claramente o comportamento dos homens na conservação da natureza nos acampamentos, bivaques e nos exercícios com tiro real.

O Exército já mantém, desde algum tempo, convênio com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), através do CMA, para operacionalizar a fiscalização da flora e da fauna na região Amazônica e para melhorar as condições de vida das populações da faixa de fronteira.

O êxito que esse convênio vem obtendo estimulou o Exército e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal a ampliarem suas ações de cooperação, agora em âmbito nacional.

Após a assinatura de um

protocolo de intenções em abril passado, e de cooperarem mutuamente em algumas campanhas de cunho ecológico, os dois Ministros celebraram, no dia 3 de junho último, um Acordo de Cooperação Ambiental.

Esse Acordo estabelece que vários convênios serão assinados para, principalmente, envolver o Exército na execução de programas de cunho ecológico e na manutenção de áreas de reconhecido valor ambiental, com a orientação técnica do IBAMA.

Portanto, é o Exército um dos organismos pioneiros e mais bem aparelhados para a execução prática, objetiva e eficaz da Política Nacional de Proteção Ambiental.

VERSOS ENCONTRADOS EM CANUDOS EM 24 DE SETEMBRO DE 1897

No dia 24 de setembro de 1897, o ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha Joaquim Ferreira de Mello encontrou, no reduto da Fazenda Velha,

versos de autor desconhecido que acompanham este Comentário.

Joaquim Ferreira de Mello verificara praça, voluntariamente, no Corpo de Alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, em setembro de 1894.

Em março de 1897, foi desligado por ter se envolvido nos acontecimentos ali ocorridos. Os "acontecimentos" a que se refere a sua Caderneta de Assentamentos são os atos de reação da juventude acadêmica militar de então à ordem do Governo de retirar a munição da Praia Vermelha. Tal determinação, que significava desarmar a Escola Militar, atendia ao propósito de neutralizar o envolvimento dos seus alunos em assuntos políticos. Ora, os jovens alunos e oficiais da Praia Vermelha consideravam-se guardiães da República, que ajudaram a implantar, e da obra do seu consolidador, o Marechal Floriano, que idolatravam. Desmunicar a Escola significaria inviabilizar o cumprimento da missão de guardiães que se auto-impuseram. Daí a viva comoção que a ordem governamental provocou, gerando, naquela mocidade

idealista, a exaltação de ânimos refletida na resposta às autoridades de que a munição só sairia da Praia Vermelha pelos canos dos fuzis.

Desligado da Escola Militar, foi o ex-aluno Mello classificado na 3ª Bateria do 5º Regimento de Artilharia de Posição, destacada em Pernambuco. De Recife, seguiu a pedido para a Bahia a fim de, voluntariamente, participar da campanha de Canudos.

Incorporado ao 5º Regimento de Artilharia de Campanha, unidade integrante da 1ª Coluna, foi elogiado pelo comandante desta, General-de-Brigada João da Silva Barbosa, *pela bravura com que se portou no assalto e tomada da Fazenda Velha*, em 7 de setembro de 1897. Em 20 do mesmo mês e ano, foi elogiado pelo Comandante-em-Chefe das forças em operações, General-de-Divisão Artur Oscar, *pelo denodo com que se portou no dia 7 de setembro no assalto às trincheiras inimigas*. Foi justamente nessas trincheiras que o então soldado Mello encontrou os versos de um jagunço não identificado e que serão adiante transcritos.

Terminada a campanha e de regresso ao Rio de Janeiro com a sua Unidade, foi mais uma vez elogiado, desta feita pelo Comandante do 5º Regimento de Artilharia de Campanha, *pela bravura e dedicação ao serviço durante as operações de guerra, no interior do estado da Bahia*.

Com a anistia concedida pelo Governo, rematriculou-se na Escola Militar do Brasil em 1903, retornando assim à Praia Vermelha. Porém, logo no ano seguinte, sublevava-se mais uma vez a Escola Militar, agora contra a vacinação obrigatória, considerada um grave atentado às liberdades individuais. Na noite de 14 para 15 de novembro de 1904, 15º aniversário da proclamação da República, marchou a Escola em direção ao Catete, após o afastamento do seu Comandante legal, o General Costallat, substituído revolucionariamente pelo General Travassos. Na manhã de 15, esgotada a sua munição em cerrado tiroteio contra as forças governamentais na esquina da Rua da Passagem com a Praia de Botafogo, no qual foi o General Travassos mortalmen-

te ferido, a Escola retraiu para o seu quartel.

O Governo reagiu, extinguindo o renomado estabelecimento da Praia Vermelha, cujos alunos foram processados criminalmente. Anistiados em 1905, foram autorizados a se matricular na Escola de Guerra de Porto Alegre, onde o aluno Mello foi declarado Aspirante, em 1907. Em março de 1908, obteve permissão para continuar seus estudos na Escola de Artilharia e Engenharia, cujo curso concluiu em 1909.

Ainda como tenente, fez o Curso de Estado-Maior de 1913 a 1916, o qual renovou, em 1928 e já no posto de tenente-coronel, frequentando o Curso de Revisão ministrado pela Missão Militar Francesa.

Faleceu em 31 de dezembro de 1950, como Coronel de Cavalaria e Estado-Maior reformado, após 44 anos de carreira militar, ao longo da qual galgou todos os postos pelo princípio de promoção pelo merecimento.

Os versos a seguir transcritos traduzem o fanatismo e a crença na invencibilidade dos seguidores de Antônio Conselheiro.

Versos encontrados em Canudos no dia 24 de setembro de 1897.^{1,2}

...versos encontrados em Canudos no dia 24 de setembro de 1897.

Chegando elle no Rio
A Palacio foi parar
Perguntou ao Governo
Com quem ia conquistar
Responden elle tenho força
Para os Canudos arrasar.

Chegando elle a Bahia
De musica foi recebido
Do escircito que estava
Com seu intimo amigo
Se abraçação logo ambos
E marcararam a partida

Chegando elle a Bahia
De musica foi recebido
Do escircito que estava
Com seu intimo amigo
Se abraçação logo ambos
E marcararam a partida.

Marchando de elle do Rio
Com 1200 soldados
Para se encontrar na Bahia
Com o Tamarino fallado
Vanz subirem ao Bello-Monte
Com 3050 soldados.

Marcharam da Bahia
Para as Queimadas acampar-se
Em busca do Bello Monte
Onde vinham parar
Contestando firmente
Em tudo vinha arrasar

Marcharam da Bahia
Para as Queimadas acampar-se
Em busca do Bello-Monte
Onde vinham parar
Contestando firmente
Em tudo vinha arrasar.

Marchando elle do Rio
Com 1.200 soldados
Para se encontrar na Bahia
Com o Tamarino fallado
Para subirem ao Bello-Monte
Com 3.050 soldados.

¹ O manuscrito original do Jagunço poeta desconhecido foi encontrado pelo ex-aluno Mello em mal estado, que dele fez cópia datada de 27 de setembro de 1897.

² A transcrição conserva a grafia do original.

Ali estiveram uns dias
 Para os soldados descansar
 E fazerem suas consurtas
 Para o Bello-Monte marchar
 Mais ou menos avaliando
 Por onde haviam de entrar

Ali estiveram uns dias
 Para os soldados descansar
 E fazerem suas consurtas
 Para o Bello-Monte marchar
 Mais ou menos avaliando
 Por onde haviam de entrar.

Marcharão logo ao Cumbre
 Sem avisar a ninguém
 E seguirão para o Rosario
 Com toda bagagem e trem
 E com o tal Zizuiño
 Que vinha no meio também

Marcharão logo ao Cumbre
 Sem avisar a ninguém
 E seguirão para o Rosario
 Com toda bagagem e trem
 E com o tal Zizuiño
 Que vinha no meio também.

Levarão n'esta fazenda
 Intenção que não se sabia
 Tratando de se acampar.

Para sair no outro dia
 E para maior firmeza
 Ali deitarão espia

Chegarão n'esta fazenda
 Entenderão que não se sabia
 Tratarão de se acampar
 Para sair no outro dia
 E para maior firmeza
 Alli deitarão espia

Logo nosso Concelheiro
 Foi sabedor deste fato
 Logo mandou tocaialos
 Em roda d'aquelles matos
 E no rancho do vigário
 Começou o espaiafato

Logo nosso Concelheiro
 Foi sabedor deste fato
 Logo mandou tocaialos
 Em roda d'aquelles matos
 E no rancho do vigário
 Começou o espaiafato

Começou logo esta luta
 No Chonã da manita
 Foi uma luta cruel
 Com o irmão da lei Chonã
 Pais minha mui furiosos
 E irmão da lei frágil

Começou logo esta luta
As 6 horas da manhã
Que foi uma luta cruel
Com o povo da lei Christã
Pois vinha mui furiosos
O povo da lei pagã.

O povo não aguentou
Com os malvados atirar
Correrão para aqui
Para elles esperar
Que do ceu vinha socorro
Para elles se acabar

O povo não aguentou
Com os malvados atirar
Correrão para aqui
Para elles esperar
Que do ceu vinha socorro
Para elles se acabar

Na verdade aqui chegaram
Que vinha fazendo horror
Logo se prevenirão
E com as peças atirou
Que ficaram mui contente
Quando para o lugar olhou

Na verdade aqui chegaram
Que vinha fazendo horror
Logo se prevenirão
E com as peças atirou
Que ficaram mui contente
Quando para o lugar olhou.

Trabalharão todo o dia
Até as 6 horas da tarde
E ficarão convencido
Que aqui não faziam nada
Só faziam atirar
E no povo não pegava.

Trabalharão todo o dia
Até as 6 horas da tarde
E ficarão convencido
Que aqui não faziam nada
Só faziam atirar
E no povo não pegava.

Só vendo delles morrer
Remedio não tinha a dar
Entendeu o Coronel
Logo se retirar
Porem só no outro dia
Que podia caminhar.

Só vendo delles morrer
Remedio não tinha a dar
Entendeu o Coronel
Logo se retirar
Porem só no outro dia
Que podia caminhar.

Logo pela madrugada
Começarão a sair
Antes de amanhecer
Ou o povo precintir
Temendo não se acabar
Sem poder escapulir

Logo pela madrugada
Começarão a sair
Antes de amanhecer
Ou o povo precintir
Temendo não se acabar
Sem poder escapulir.

Logo pela manhã
Começarão a atirar
Entendo que a Deus
Elles podia enganar
Nosso Concelheiro mandou
O povo com as mãos pegas

Logo pela manhã
Começarão a atirar
Entendo que a Deus
Elles podia enganar
Nosso Concelheiro mandou
O povo com as mãos pegas.

Alli marchou todo o povo
Com valor dado por Deus
Que é somente quem pode

É quem ajudar aos seos
Que a batalha foi forte
E muito poucos morreu

Alli marchou todo o povo
Com valor dado por Deus
Que é somente quem pode
E quer ajudar aos seos
Que a batalha foi forte
E muitos poucos morreu.

O povo era só matando
Os soldados as carreiras
As estradas ião cheias
Indo todas em filhérias
Procurando ainda mais
O tal coronel Moreira

O povo era só matando
Os soldados as carreiras
As estradas ião cheias
Indo todas em filhérias
Procurando ainda mais
O tal coronel Moreira.

Coronel Moreira Cesar
Não valia sua fama
Feio da parte do vulcão
No miacho um buraco
Phi está o aragaco
Sem fazer nenhum engano

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Veio dar carne ao urubú
 No riacho umburana
 Ahi está o aragaço
 Sem haver menor engano.

Deus é réto e de justiça
 Não protege aos creminosos
 Deixou somente o inferno
 Para alivio dos teimosos
 Prompto para executar
 Os perversos orgulhosos

Deus é réto e de justiça
 Não protege aos creminosos
 Deixou somente o inferno
 Para alivio dos teimosos
 Prompto para executar
 Os perversos orgulhosos.

Coronel Moreira Cesar
 Era homem de facão
 Junto com o Tamarino
 Fazia pintura do são
 Porem os mesmos jagunços
 Deitarão ambos no chão

Coronel Moreira Cesar
 Era homem de facão
 Junto com o Tamarino
 Fazia pintura do são
 Porem os mesmos jagunços
 Deitarão ambos no chão.

O Coronel Tamarino
 Vinherão a' pinto cumprir
 Vinherão só trazer arma
 Para o povo vim munir
 Mandamos dizer a governo
 Que agora pode vir

O Coronel Tamarino
 Vinherão a sina cumprir
 Vinherão só trazer arma
 Para o povo vim munir
 Mandamos dizer a governo
 Que agora pode vir.

O coronel e o Tamarino
 Era dous sujeitos gordos
 No lugar onde morrerão
 Uma trareja alagou
 Pela gordura que tinha
 Que d'ella não se lucrou

O coronel e o Tamarino
 Era dous sujeitos gordos
 No lugar onde morrerão
 Uma trareja alagou
 Pela gordura que tinha
 Que d'ella não se lucrou.

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Com o General Tamarino
 Foi morrer nas umburanas
 No bico do urubú
 Ainda com elles roando

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Com o General Tamarino
 Foi morrer nas umburanas
 No bico do úrubú
 Anda com elles voando.

Coronel Moreira Cesar
 Homem de forte braço
 To riacho umburana
 Hoje esciste o aragaço
 No salgado o Tamarino
 Distante um bom pedaço

Coronel Moreira Cesar
 Homem de forte braço
 No riacho umburana
 Hoje esciste o aragaço
 No salgado o Tamarino
 Distantemente um bom pedaço.

O Coronel Moreira Cesar
 Era atentado do cão
 Veio trazer os soldados
 Para morrer no falcão
 Mandamos dizer ao governo
 Que não encaremos não.

O Coronel Moreira Cesar
 Era atentado do cão
 Veio trazer os soldados
 Para morrer no falcão
 Mandamos dizer ao governo
 Que não encaremos não.

Dizem que vinha no pintido
 Para tudo saquiá
 Os fios de facão
 Foi o que poderio arrumar
 Fique todos bem siente
 Que Deus nos quer ajudar

Dizem que vinha no sintido
 Para tudo saquiá
 Os fios de facão
 Foi o que poderio arrumar
 Fique todos bem siente
 Que Deus nos quer ajudar.

D'aqui a serra branca
 Não se conta os que morreu
 Forão os que desertarão
 E os que a onça comeu
 Fiquem todos bem siente
 Que o bom Jesus nos valeu

Daqui a serra branca
 Não se conta os que morreu
 Forão os que desertarão
 E os que a onça comeu
 Fiquem todos bem siente
 Que o bom Jesus nos valeu.

D'aqui a serra branca
 17 leguas contando
 Não se pode onça andar
 E os irribú voando
 Comendo carne de soldado
 E os cachorros aproveitando

D'aqui a serra branca
 17 leguas contando

Não se pode mais andar
Com os urubu voando
Comendo carne de soldado
E os cachorros aproveitando.

Offerecemos esta obra
Ao governo do estado
Do povo do Bello Monte
Esteja bem dizengomado
Sem nus sustar
Estando bem armado
Que o povo do Bello-Monte
De Deus e abençoado
Não encaremos a Republica
Nem ao governo malvado

Offerecemos esta obra
Ao governo do estado
Do povo do Bello-Monte
Esteja bem dizengomado
Sem nus sustar
Estando bem armado
Que o povo do Bello-Monte
De Deus e abençoado
Não encaremos a Republica
Nem ao Governo malvado.

Ainda mais offerecemos
Ao Sr. Luiz Vianna
Búrro magro bem piado
Em pasto de Giterana
Cresça venha ao Bello-Monte
Queremos ver sua fama

Mais ao mesmo tempo esplico
A este pobre coitado
Se vir para o Bello-Monte
Antes morrer enforcado
Se ateimar e vier
É fácil ser degolado

27 de novembro de 1897
"Forte 7 de Setembro"

Joaquim Ferreira de Mello

Ainda mais offerecemos
Ao Sr. Luiz Vianna
Búrro magro bem piado
Em pasto de Giterana
Cresça venha ao Bello-Monte
Queremos ver sua fama.
Mais ao mesmo tempo esplico
A este pobre coitado
Se vir para o Bello-Monte
Antes morrer enforcado
Se ateimar e vier
É fácil ser degolado.

27 de novembro de 1897

"Forte 7 de Setembro", Joaquim Ferreira de Mello

Coronel de Cavalaria e Estado-Maior
Nilson Vieira Ferreira de Mello.
(É ele filho do também Coronel de Cavalaria
e Estado-Maior
Joaquim Ferreira de Mello).

NOVA ROTA APROXIMA O BRASIL DO PACÍFICO

A tão-senhada saída rodoviária para o Oceano Pacífico através do Acre, ficou mais direta e menos penosa com o novo traçado via Santa Rosa do Purus e Termópilas, que está sendo proposto. De acordo com o estudo que está sendo divulgado e que já está na sua 3ª edição, é proposta uma nova rota pelo centro do Acre, que apresenta sensíveis vantagens em relação aos dois traçados já conhecidos anteriormente, a começar pela sua menor extensão.

Realmente, com apenas 1.924 km entre Porto Velho, capital de Rondônia, e o porto peruano de Callao, o novo percurso, além de outras vantagens, economiza 316 km em relação à alternativa via Cruzeiro do Sul – Pucallpa para o mesmo porto de Callao, e 192 km em relação à alternativa via Assis Brasil – Macusani para o porto de Ilo, no sul do Peru. A partir de Rio Branco, capital do Acre, onde já existe rodovia pavimentada, são apenas 1.418 km até o mencionado porto de Callao, no Pacífico.

Com uma menor extensão, os custos de transporte são menores e o tempo de viagem é mais curto, o que abaixa o valor do frete e torna os produtos que serão transportados pela rodovia mais competitivos. Isso irá incentivar um maior intercâmbio de mercadorias das regiões de influência da rodovia com o oriente e com os países das três Américas banhados pelo Oceano Pacífico.

O Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente, mas necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais. Além disso, essas saídas facilitariam também o intercâmbio com os países das três Américas banhados por aquele oceano, em particular com os situados na América do Sul e com a região da costa oeste dos EUA.

Os mercados do Pacífico, em especial os do Japão e os dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), vêm crescendo a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico.

Sem uma adequada saída para o Pacífico, o Brasil perde uma valiosa rota para participar de uma forma mais efetiva desse comércio crescente.

Os produtos brasileiros oriundos do Acre, Rondônia, sul do Amazonas e norte de Mato Grosso, atualmente exportados via portos do Atlântico estão com a sua competitividade ameaçada. Para se ter uma idéia, o percurso rodoviário de Porto Velho, RO, até o porto de Santos é de cerca de 3.200 km, subindo para 3.700 km a partir de Rio Branco, AC.

Uma saída rodoviária para o porto de Callao, no Peru, permitiria economizar cerca de 1.300 km de percurso rodoviário a partir de Porto Velho e perto de 2.300 km a partir de Rio Branco. A fronteira Brasil/Peru, na alternativa via Santa Rosa do Purus e Termópilas, aqui selecionada, estará a apenas 850 km do porto de Callao e a 4.300 km do porto de Santos.

Por outro lado, as rotas regulares de navegação a partir do porto de Santos para o porto de Yokohama no Japão, que é o principal porto de destino, alongam demais os percursos, como a seguir:

Exportando-se pelo porto de Callao, os percursos

• Rota Santos – Canal do Panamá – São Francisco – Yokohama:	22.944 km;
• Rota Santos – Estreito de Magalhães – Valparaíso (Chile) – Yokohama:	23.650 km;
• Rota Santos – África do Sul – Tigres Asiáticos – Yokohama:	22.420 km;
• Rota Callao – Honolulu – Yokohama:	15.849 km

para Yokohama ficam portanto de 6.500 a 7.800 km mais curtos, dependendo das rotas e dos portos visitados, tornando os fretes marítimos mais baixos, além de diminuir ainda mais os tempos de viagem.

A nova rota proposta (ver mapa abaixo) parte de Porto Velho e aproveita o trecho de 506 km já asfaltado até Rio Branco. De Rio Branco segue pelo leito da BR-364, passando por Sena Madureira, até atingir um ponto situado a cerca de 14 km além de Manuel Urbano.

A partir desse ponto, a diretriz inflete para o sul, aproveitando um divisor de águas, na direção de Santa Rosa do Purus, na região central do Acre, que é servida através de um acesso de 11 km. Dali, segue na direção oeste/sudoeste, passando a 7 km ao norte de Dimpolis, e prossegue na direção oeste até a fronteira Brasil/Peru. O percurso no Brasil é de 1.077 km, a partir de Porto Velho, ou 571 km de Rio Branco.

Em território peruano, seguindo na direção geral oeste, passa por Puerto Portillo, no alto Juruá e San Gregorio. Após, infletindo para Sudoeste, cruza o rio Ucayali em Termópilas, onde existe um estrangulamento muito favorável desse rio.

De Termópilas, sobe os Andes por um vale muito propício, formado pelos rios Tambo, Perené e Chanchamayo até Palca, localizada a cerca de 2.400 m de altitude, passando por La Merced, que é um importante centro agrícola. De Palca a La Oroya, que fica a 3.723 m, já existe uma rodovia pavimentada.

De La Oroya até Lima, um trecho de 174 km, também já existe uma rodovia pavimentada, a Carretera Central. A estrada, entretanto, tem que vencer o ponto mais alto do percurso em Ticlio, que fica a 4.883 m. De Lima ao porto de Callao, são 15 km pela região metropolitana.

Em resumo, são 1.924 km de extensão, de Porto

Velho ao porto de Callao, sendo 1.077 km no território brasileiro e 847 no peruano.

Descontando-se os 506 km recentemente pavimentados entre Porto Velho e Rio Branco, bem como os 253 km do trecho Palca-La Oroya-Lima-Callao, são 571 km no Brasil e 594 km no Peru a serem pavimentados.

Entre as vantagens que determinaram a adoção dessa nova alternativa Santa Rosa do Purus – Termópilas, sobre as demais, alinhamos: menor extensão (tem apenas 1.924 km a partir de Porto Velho, ou 1.418 km a partir de Rio Branco); não atravessa zonas de baixios; permite o transporte intermodal (rodovia x hidrovia) nos rios Madeira, Iaco, Purus e Ucayali; propicia o desenvolvimento da metade oeste do Acre; travessia do rio Ucayali (prolongamento do rio Amazonas, no Peru) num ponto privilegiado, em Termópilas, local indicado para um novo porto fluvial nesse importante rio e situa-

do a apenas 600 km do porto oceânico de Callao, pela rodovia; subida suave dos Andes pelo vale do rio Perené; menor extensão em altitude (apenas 130 km acima de 3.000 m); aproveita o trecho pavimentado Palca-La Oroya-Lima, ou seja, o trecho de relevo mais difícil; não tem subidas e descidas intermediárias apreciáveis; possui extensões equilibradas no Brasil e no Peru, facilitando acordos bilaterais, direção geral favorável e custos mais baixos, sobretudo os de transportes; estimula o comércio bilateral ao dirigir-se à capital, Lima, atualmente uma metrópole com cerca de 8 milhões de habitantes; permite explorar benefícios energéticos adicionais apreciáveis, como o potencial hidrelétrico dos rios formadores do Amazonas, descendo os Andes às margens da estrada e o gigantesco campo de gás natural de Camisea, relativamente próximo da diretriz da estrada (150 km).

O tráfego previsto para a futura rodovia é de cerca de 1.400 veículos/dia, com predominância de caminhões pesados e semi-reboques. Este tráfego atenderá a uma corrente de exportação esti-

mada em 4,5 milhões de toneladas anuais, prevista a partir do 6º ano de implantação da estrada.

Os custos de construção desta nova alternativa estão estimados em 470 milhões de dólares entre Rio Branco e o porto de Callao.

Entre os produtos a serem exportados dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, podemos citar: produtos agrícolas (soja, arroz, cacau, café, etc.), produção extrativista vegetal (borracha, castanha, madeira, etc.), minerais (cassiterita) e produtos industrializados.

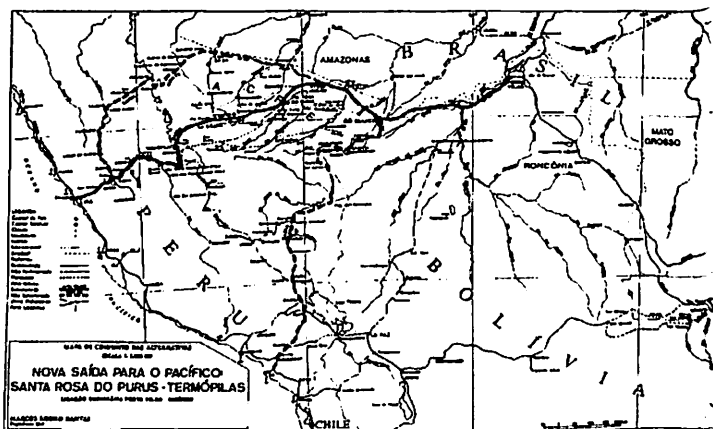
Como produtos peruanos a serem importados sobressaem o fosfato e o calcário.

Nos rios Tambo e Ene existem três aproveitamentos, que totalizam mais de 3.000 MW, situados nas

margens da futura rodovia. Além disso as enormes reservas de gás natural de Camisea, consideradas as maiores das Américas, situam-se a apenas 150 km de distância da diretriz da futura estrada.

Essa energia poderia ser transportada por linha de transmissão ao longo da rodovia até Rio Branco, onde se interligaria com o sistema existente da usina de Samuel, que já está com a sua energia totalmente comprometida.

A rodovia para o Pacífico possui uma característica única, que a diferencia das demais. Ela é de molde a proporcionar uma *reversão de expectativas* em toda a Amazônia Ocidental brasileira, isto é, coloca em situação mais privilegiada, em termos de desenvolvimento



potencial, as regiões mais afastadas dos centros colonizados, tendo em vista que quanto mais afastadas, mais próximas estarão do porto oceânico no Pacífico.

O Brasil necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis. Essa ligação com aquele oceano tem a grande vantagem de somente envolver dois países (Brasil e Peru), ao invés de três ou até quatro países (alguns corredores passam pelo Paraguai), como as demais. Assim sendo, acordos bilaterais mais simples poderiam resolver o problema.

Esperamos que, enfim, essa antiga aspiração brasileira, que é a saída para o Pacífico através do Acre, venha a se concretizar logo.

*Engenheiro Marcos
Ribeiro Dantas*

X CONFERÊNCIA DE EDITORES IBERO-AMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES

Realizou-se, no Rio de Janeiro, de 6 a 12 de setembro de 1997, a *Xª Conferência de*

Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares, patrocinada pelo Exército Brasileiro e coordenada por sua Diretoria de Assuntos Culturais (DAC).

Participaram da Conferência delegações de quinze países ibero-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai) e dos Estados Unidos.

Tendo, como tema central, *O Conteúdo das Publicações Militares em Relação à Sociedade do Século XXI*, a Conferência objetivou fortalecer os laços de amizade, o entendimento e a cooperação dos exércitos ibero-americanos por intermédio das respectivas publicações militares, além de avaliar o cumprimento dos acordos firmados em Conferências anteriores, debater o tema proposto, apreciar experiências relativas a publicações militares e propor a sede e o tema para a XI Conferência.

A Conferência foi aberta, dia 7 de setembro, no auditório da Bibliotheca do Exército, pelo Diretor de Assuntos Culturais do Exército, que abordou o tema: *As Publica-*

ções Militares e o Futuro. Seu encerramento contou com a presença do Ministro do Exército, do Comandante Militar do Leste e do Secretário-Geral do Exército.

A ata final da Conferência foi assinada por todos os representantes dos países participantes, nela tendo sido registrada a eleição do Brasil e de Portugal, respectivamente, para a Presidência e para o cargo de 4º Vogal da Associação dos Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares no biênio 1997/1998, e do tema *Os Valores Militares em Relação à Sociedade do Futuro*, a ser debatido na Colômbia, escolhida para sediar a XI Conferência, em 1998.

Durante sua permanência no Brasil, paralelamente, os participantes assistiram ao desfile militar do Dia da Pátria, visitaram a Academia Militar das Agulhas Negras, a Fortaleza de Santa Cruz, o Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana, o Museu Imperial, o Palácio Rio Negro e a Casa do Barão de Mauá (os três últimos em Petrópolis, RJ), além de comparecerem a coquetéis e jantares, que lhes foram especialmente oferecidos, e a centros comerciais – atividades programadas pela DAC.

VISITA AOS CAMPOS DE BATALHA DO PARAGUAI

De 13 a 20 de setembro de 1997, uma delegação, chefiada pelo Presidente do IGHMB e constituída de 26 participantes, visitou os campos onde foram travadas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança e da Guerra do Chaco. Integraram a delegação, além do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Dr. Arno Wehling, e sócios do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), representantes da Seção de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, inclusive quatro cadetes, professores de História da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Mato Grosso do Sul (UMS), oficiais da Biblioteca do Exército, membros do Conselho de História Militar do Exército Brasileiro e um jornalista de *A Folha de São Paulo*.

Os visitantes cumpriram extenso e intenso programa que constou de visita ao Museu Militar do Paraguai e a Paso de la Pátria, Potrero Bellaco, Tuyutí, Boquerón,

Humaitá, trincheiras do quadrilátero Pilar, S. Antônio, Yaguarón, Luque, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Peribebui, Vapor Cué, Filadelfia e fortins de Chaco Boreal.

A delegação foi recepcionada em sessão especial da Academia de História Militar del Paraguay por seu Presidente, Coronal DEM Pedro Antônio Acuña Soley, e pelo Ministro da Defesa da nação irmã visitada.

Antes de regressar ao Brasil, a delegação homenageou as autoridades paraguaias e os adidos militares acreditados junto à Embaixada Brasileira em Assunção, com elegante jantar de despedida e agradecimento.

Matéria extraída do Informativo do IGHMB (Ano VII, Nº 8, Outubro de 1997).

ITAIPU BINACIONAL - AGRADECIMENTO RECEBIDO

O Diretor de *A Defesa Nacional* recebeu, datada de 7 de outubro e assinada pelo Chefe da Assessoria de Comunicação Social da Itaipu

Binacional, Helio Teixeira de Oliveira, correspondência cujo texto é abaixo reproduzido:

Tivemos o prazer de ler o editorial da revista "Defesa Nacional", sob sua responsabilidade, narrando a história da construção e operação da Itaipu Binacional.

Como V.Sª relatou em vez de "faraônica", como alguns pejorativamente a chamaram, Itaipu não é só um orgulho nacional, mas atualmente a "Salvadora da Pátria". Hoje a maior usina hidrelétrica do mundo, é responsável por 33% da energia elétrica consumida pelo sul, sudeste e centro-oeste do país, onde se concentra 80% do PIB nacional. Até o final do ano, Itaipu deverá bater o recorde mundial, com a produção de 88 bilhões de quilowatts/hora.

Apenas como detalhe, se não existisse Itaipu o Brasil não teria energia elétrica durante 3 meses ao ano.

Em nome do Diretor Geral Brasileiro, Dr. Euclides Scalco, reiteramos nossos agradecimentos pelo editorial e informamos que estamos enviando material informativo sobre Itaipu.

A QUARTA GLOBALIZAÇÃO

A globalização econômica não é um evento inédito e assustador. É um processo que ocorre em ondas, com avanços e retrocessos separados por intervalos que podem durar séculos.

A primeira globalização foi a do Império Romano. Enquanto os gregos filosofavam em suas cidades e ilhas, os romanos articulavam um império. Construíam estradas e aquedutos, impunham seu sistema legal, difundiam o uso de sua moeda e protegiam o comércio contra os piratas. Eram mais engenheiros do que filósofos. Com a queda do Império Romano, houve uma feudalização política e comercial.

A segunda globalização ocorreu na era das grandes descobertas dos séculos 14 e 15. Desvendaram-se novos continentes e foi aberto o caminho da Índia e da China. Mas o surto do comércio internacional foi frequentemente interrompido por guerras religiosas e lutas dinásticas das monarquias européias.

A terceira globalização viria no século 19, após as guerras napoleônicas. Foi o

século em que o liberalismo sobrepujou o mercantilismo e começou a prosperar a democracia política. Curiosamente, tanto o liberalismo como a democracia tiveram seu "annus mirabilis" no século anterior, em 1776, ano em que foi publicado o tratado de Adam Smith sobre o liberalismo econômico e foi lavrada a Declaração de Filadélfia sobre liberdade política. Durante a terceira globalização, no século 19, assistimos: 1) à liberalização do comércio com a revogação da "Corn Law" na Inglaterra e o tratado de livre comércio entre a França e Inglaterra de 1860; 2) à colonização européia da África e Ásia, gerando novas correntes de comércio; 3) a uma enorme transferência de capitais, sobretudo ingleses, na sequência da expansão imperial; 4) a grandes migrações humanas para a colonização dos novos continentes.

A terceira globalização sofreria abrupta interrupção com a Primeira Guerra Mundial (1914/18). Iniciar-se-ia a era dos coletivismos de direita e esquerda – o comunismo e o nazi-fascismo –, ambos hostis ao livre comércio e favoráveis ao autarcismo. Ao mesmo tempo, a grande depressão dos anos 30 debi-

litava o capitalismo e provocava uma irrupção de protecionismos.

A quarta globalização viria após a Segunda Guerra Mundial, mas só atingiria seu apogeu com o colapso do socialismo em 1989/91. Entretanto, mesmo durante os 40 anos de Guerra Fria retomou-se a tendência de globalização com o surgimento de organizações internacionais (ONU, BIRD, GATT etc.), a formação de complexos regionais como o Mercado Comum Europeu, o enorme surto das empresas multinacionais e a globalização dos mercados financeiros facilitada pela revolução da telemática.

Com o colapso do socialismo, reduziram-se as barreiras comerciais e aumentou o fluxo de investimentos para os países da Cortina de Ferro. A China começara a abrir-se comercialmente já em 1980. É hoje a maior absorvedora de capitais estrangeiros (superada apenas pelos Estados Unidos) e deseja ingressar na Organização Mundial de Comércio. Cada vez mais, a grande clivagem entre o capitalismo e o socialismo parece, vista em retrospecto, uma guerra civil dentro do Ocidente, já que tanto o

marxismo como o liberalismo são criações da cultura ocidental. O marxismo chinês (e de outros países asiáticos) tem características culturais próprias, inclusive a de serem de origem predominantemente agrária, antes que industrial. Sob esse ângulo, tem razão o professor Samuel Huntington ao dizer que os conflitos futuros não mais serão entre sistemas econômicos, como os da Guerra Fria, e sim entre civilizações.

Por que a quarta globalização está provocando talvez mais apreensão que entusiasmo? Primeiramente, porque o processo globalizante se tornou muito mais rápido com a revolução das comunicações e a difusão da sociedade do conhecimento. Segundo, porque se tornou mais abrangente, envolvendo não só comércio e capitais, mas também telecomunicações, finanças e serviços antes cobertos por várias formas de proteção. Apenas em dois aspectos a globalização atual perde para a era do liberalismo do século passado. Graças à conversibilidade e automatismo do padrão ouro, a integração do mercado de capitais era talvez maior no século passado, enquanto que as migrações em massa asseguravam

uma flexibilidade de mão-de-obra superior ao da presente era de restrições imigratórias. A colonização de novas áreas (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e Brasil) abriu amplas oportunidades de ocupação da mão-de-obra europeia liberada pelo progresso tecnológico.

Hoje a praga de fim de século é o desemprego, ou em sua forma mais amena, a "precarização" dos empregos. As manifestações são diferenciadas. Na Europa, avoluma-se o desemprego aberto, que é particularmente agudo nos países que têm generosa e rígida regulamentação trabalhista, como a França, a Espanha e, em menor grau, a Alemanha. Esta tem o problema adicional de dar ocupação às massas subempregadas da antiga banda comunista. Nos países do Terceiro Mundo, as manifestações mais óbvias são o agravamento do subemprego e a informalização da economia a fim de aliviar encargos fiscais e trabalhistas. Em todos os países, um problema contundente é o desajuste entre a demanda de trabalhadores supertreinados na tecnologia moderna e a oferta excessiva de mão-de-obra subtreinada.

Os dois países altamente industrializados que conseguiram abrandar o desemprego foram os Estados Unidos, tradicionalmente desinibidos nas relações trabalhistas, e a Inglaterra, onde o thatcherismo desregulamentou substancialmente o mercado de trabalho, recusando a "carta social" da Comunidade Européia. No Japão, onde as empresas se assemelham culturalmente a blocos familiares, apenas agora começa a se manifestar o desemprego aberto de tipo ocidental.

Mas a perda de flexibilidade de adaptação às mudanças tecnológicas, característica do assistencialismo trabalhista, está longe de ser o único ou nem sequer o mais significativo fator. A explicação da "crise de empregos" é complexa. Há causas conjunturais, de vez que a Europa Ocidental e o Japão estão somente agora emergindo da recessão que se iniciou em 1990, e que na Europa teve como um dos detonadores a alta de juros na Alemanha para financiamento das despesas de reunificação.

A concorrência da mão-de-obra barata dos países emergentes é citada por europeus, mas seus efeitos são provavelmente sobreesti-

mados, pois são compensados pela crescente demanda de equipamentos sofisticados para o novo surto de industrialização asiática e latino-americana. A explosão tecnológica é parte da explicação, forçando a reengenharia das empresas. No curto prazo, desloca-se a mão-de-obra tradicional, que se torna inempregável. No médio e longo prazos, com a elevação da produtividade e da renda, geram-se novos empregos. Mas esses não surgem imediatamente, exigindo retreinamento da mão-de-obra, e emergem em lugares diferentes e sob formas diferentes. Declina o emprego industrial e multiplicam-se as ocupações em serviços diferenciados. Os pessimistas chamam isso de "desindustrialização" ou de "precarização" de empregos. Os otimistas falam de "otimização das preferências do consumidor", o qual, relativamente saciado de bens materiais, busca acesso a uma nova gama de serviços de comunicação, saúde, lazer ou informação (a civilização da Internet). O que é simplista demais é pensar que os empregos industriais perdidos eram mais nobres e bem pagos, sendo as atividades de "serviços" secundárias e mal remuneradas. A ex-

periência americana tem revelado que vários serviços, em setores de crescimento explosivo como telecomunicações e serviços financeiros, nada ficam a dever aos empregos industriais tradicionais. Uma coisa é certa. O liberalismo nada tem a ver com a crise do desemprego. O contrário é que é verdadeiro. Os regimes marxistas, visceralmente antiliberais e superpreocupados com a universalização de empregos, acabaram implodindo por inchaço burocrático. E são os países de orientação liberal os que têm revelado maior capacidade de geração de empregos, havendo mesmo dois casos milagrosos – o de Hong Kong e o dos Estados Unidos – nos quais a flexibilidade de despedida é mais do que compensada pela alacridade nas contratações.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 11.05.97, e assinada pelo Deputado

Roberto Campos)

FORÇAS ARMADAS: PARA QUE AGORA?

E Em artigo publicado no *Globo* e no *"Correio Brasileiro"*, de 01/05/97, o se-

nador José Sarney analisou o papel dos militares na América espanhola, onde ocorreu fragmentação política, e na portuguesa, onde prevaleceu a pacificação unificadora. Enquanto análise histórica, o artigo é uma síntese brilhante, mas seus parágrafos finais fazem jus a alguns comentários, aqui feitos com o respeito merecido pelo autor, que dedicou cuidadosa atenção às Forças Armadas e sua gente quando foi seu comandante supremo. Refiro-me à enfática menção ao "cumprimento de suas (das Forças) missões profissionais, capazes de manter a ordem interna e proteger as instituições, justificada pelo desaparecimento das hipóteses de guerra no mundo".

O fim da Guerra Fria e o convívio cooperativo vigente na América do Sul (a que o senador deu especial atenção quando presidente) apontam para a conveniência de se rever em profundidade as bases político-estratégicas e operacionais do nosso preparo militar, mas daí a hierarquizar protagonicamente a manutenção da ordem interna e da proteção das instituições a distância é grande e insegura.

É improvável (não impossível) que no futuro

imaginável o Brasil seja envolvido em conflitos entre Estados, típicos das hipóteses de guerra clássicas. Mas é plausível o envolvimento em conflitos irregulares desbordados de países vizinhos nas fronteiras atrasadas, em ações militares de controle de águas costeiras e em forças de paz sob mandato internacional. Além dessas influências, convém considerar também que no nosso mundo em “rearrumação” é útil alguma capacidade de dissuadir aventuras que ameacem interesses brasileiros estimuladora da opção conciliatória em detrimento da força, cujo custo decididamente não seria zero.

Realmente, enquanto o mundo estiver organizado em Estados soberanos e não se puder ter como segura a conciliação pacífica de interesses conflitantes, o Brasil precisa de Forças Armadas, modeladas e dimensionadas sem fantasias ufanistas geradoras de suspeições, mas capazes de inspirar convincente credibilidade operacional, conferida pela tecnologia e pela ajustagem correta do preparo militar a concepções estratégicas adequadas à inserção do Brasil no cenário internacional atual e previsível.

Não se trata de descartar a manutenção da ordem interna e a proteção das instituições. Este papel existe e foi consignado na Constituição federal porque é preferível admiti-lo sob o figurino da lei do que vir a ter que exercê-lo inconstitucionalmente sob controle e regras incertas, por pressão de circunstâncias graves que o exigissem. Mas, vale repetir, daí a considerá-lo rotineiramente protagonista (ou até excludente) a distância é grande e insegura. Aliás, se priorizado como principal, ele não justificaria o modelo clássico de Forças Armadas porque, para exercê-lo, seria suficiente o modelo “Gendarmaria” & Guarda Costa, com o adequado complemento aéreo, menos complexo e menos dispendioso. Note-se também que a prioridade singularmente dita subentende espaço na por vezes tumultuada rotina da vida nacional.

Em suma: o artigo do senador José Sarney, cujo apreço pelas Forças Armadas foi sobejamente demonstrado em seu Governo, teria tido um fecho mais feliz se tivesse citado a missão por ora não descartável (será descartável algum dia?) de defesa clássica (sob concepções atualizadas) no

conteúdo das “missões profissionais” das Forças. É provável que ele participe da idéia de que ainda há campo para tal defesa, que ele entenda como implícita a missão e que sua ênfase na ordem interna e na proteção das instituições tenha sido um bem-intencionado estratagem para exorcizar absurdas corridas armamentistas regionais – justa preocupação explicitada no final do artigo. De qualquer forma, o autor deste artigo entendeu serem oportunas essas ponderações, registradas à sombra da esperança de que o senador, um homem aberto às idéias, as receba com sua habitual democrática compreensão.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 21.05.97, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores)

O GRANDE MUDO (I) E (II)

Se me provocarem eu chamo o Pires, teria dito o general João Figueiredo, ao ser ameaçado pelas dificuldades da transição democrática. Walter Pires era o ministro

do Exército, linha-dura, tido como capaz de mobilizar a tropa para o que desse e viesse. Vinte e poucos anos mais tarde não passa pela cabeça de ninguém chamar os militares para tarefas que não estejam escritas na Constituição. Nem os nomes dos generais se sabe mais.

É um erro. As Forças Armadas são os maiores empregadores de mão-de-obra de nível superior do país. Mas, o mais importante é que jogaram um papel político na vida da República que não recomenda serem relegadas à obscuridade, como se nenhuma influência tivessem sobre a vida da sociedade.

Em relação aos problemas provocados por greves armadas, de policiais civis e militares, os comandantes do Exército teriam algumas recomendações a fazer, se consultados.

A primeira e mais essencial é a de se respeitar a hierarquia, um dos dois esteios da organização militar. Os governadores não deveriam negociar diretamente com representantes de associações de cabos e soldados porque, ao fazê-lo, enfraquecem a autoridade dos comandantes das suas PMs. Aliás, no entender do Exército, as associações são sindicatos disfarçados, cuja

existência não deveria ter sido tolerada por ser ilegal.

A mesma recomendação de respeito à cadeia hierárquica vale para o Ministério da Justiça. O ministro Íris Resende, ao tentar contribuir para resolver os problemas estaduais, deveria convocar a Brasília os governadores ou, quando muito, os secretários de Segurança, nunca os comandantes das PMs.

Por outro lado, os chefes do Exército rejeitam peremptoriamente uma idéia que começa a circular em Brasília: reforçar o poder da Inspetoria-Geral das Polícias Militares. Não querem reassumir a tutela das polícias militares, entre outras razões por saberem que não disporão de recursos financeiros e humanos para cumprir as tarefas de reorganização dessas instituições, o que só poderá ser conseguido a longo prazo.

— Nesta questão das polícias militares o Exército está na situação que menos o agrada. O leite já foi derramado, permitindo-se greves armadas, e nós, agora, estamos em cima do muro, esperando os acontecimentos, diz um general com responsabilidades operacionais.

Na verdade, o grande esforço do Alto Comando está

voltado para um equilíbrio difícil, que faz parte das suas novas decisões estratégicas: o Exército não pode ser melhor que o país mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de corresponder à expressão geopolítica do Brasil na América do Sul. Em consequência, deve marcar presença em todos os pontos do território, mesmo os mais longínquos. Tampouco pode atrasar-se do ponto de vista da modernidade tecnológica ao ponto de deixar de representar uma força de dissuasão a eventuais agressores. Os seus centros de excelência operacional não precisavam estar no estado da arte militar mundial, que exige investimentos muito grandes em equipamentos, mas têm de continuar no patamar imediatamente inferior.

Esses objetivos devem ser conseguidos com um orçamento de 580 a 590 milhões, que é quanto tem sido a sua parcela nos gastos da União nos três últimos anos, orçamento cuja execução depende de um fluxo de caixa do Tesouro muito incerto.

A incerteza quanto ao fluxo de caixa tem causado problemas graves aos comandantes de unidades localizadas em cidades pequenas. Essas unidades gastam boa parte de seu orçamento

em compras no comércio local, que é relativamente frágil. Um grande fornecedor de uniformes ou de combustível pode, eventualmente, suportar um atraso de pagamento de alguns meses. O padeiro ou o açougueiro de uma cidadezinha quebra se as suas contas se atrasam um mês.

Outro problema decorrente do aperto orçamentário é o da remuneração dos sargentos e dos oficiais mais jovens, que têm maiores encargos de família. O leque salarial das Forças Armadas, ou seja, a diferença entre o que ganha um general de quatro estrelas e um tenente recém-saído das academias militares, sempre foi apertado. No passado, era um leque semelhante ao dos países social-democratas da Europa do Norte, de oito ou nove para um. Hoje, está mais parecido com o leque salarial da China, de quatro para um.

Os generais sabem que deveriam pagar mais a sargentos, capitães e majores, para mantê-los na pequena classe média, que sempre foi o lugar que ocuparam na sociedade, mas não podem fazê-lo sem invadir as escalas superiores, que não podem ser aumentadas por falta de dinheiro.

Agüentam o tranco, mas se revoltam com os salários oferecidos em alguns outros setores do serviço público. O último edital para um concurso de fiscais da Receita Federal oferece salários iniciais aos concursados iguais aos de um general-de-brigada, com 30 anos de serviço.

Militares nas manchetes, só os das PMs, quando envolvidos em crimes e nos atos de insubordinação que se espalham pelas capitais, levam os governadores a cometerem graves erros políticos e deixam patente a falência financeira dos estados da Federação.

Os militares de verdade, que respeitam a disciplina e a hierarquia, olham com preocupação as erupções de rebeldia por saberem que, em última instância, serão chamados a manter a lei e a ordem constitucionais. Mas, além dos planos de contingência que são obrigados a fazer, dedicam-se principalmente a um amplo programa de profissionalização segundo concepções estratégicas desenvolvidas ao longo dos últimos anos. Como esse trabalho não dá fotos nem mete medos, a mídia o deixa de lado.

Marcar a presença do Estado em todos os pontos do

território nacional é uma das missões que o Exército procura cumprir. Há lugares no mundão verde da Amazônia onde ainda só vão soldados e missionários, como no tempo do marquês de Pombal. Os militares, aliás, se queixam disso, porque, no papel, lá deveriam estar também agentes da Polícia Federal e do Ministério da Saúde. Quando aparecem, ficam só a duração das diárias extras.

A Funai é uma exceção, mas sobrevive graças a alguns abnegados e os seus postos são carentes de recursos.

Para cumprir a tarefa de mostrar a bandeira por toda parte, o Exército mantém 800 organizações militares, o que inclui os tiros de guerra e as comissões do serviço militar, das quais 400 são unidades aquarteladas.

A Amazônia é a prioridade máxima, tanto para a força de terra como para a Aeronáutica e, em grau menor, para a Marinha. Nos últimos anos, foram para lá deslocadas duas brigadas. A de Santo Ângelo foi para Tefé, a de Petrópolis, para Boa Vista. Hoje, os louros soldados e sargentos gaúchos e petropolitanos já foram substituídos por amazônidas, todos profissionais engajados. Em lugares onde a atividade eco-

nômica é mínima, ter um soldo de soldado é quase uma sorte grande.

Só voluntários vão para a Amazônia. No passado, ser mandado para lá era castigo reservado aos que tomavam posições políticas contrárias às forças dominantes do momento ou que eram considerados como desagregadores. Agora, é prêmio. Há disputa entre os tenentes recém-saídos das Agulhas Negras para servir por lá. É que num dos pelotões da Calha Norte um jovem se sente útil, bandeirante, construindo a pátria. Como os postos de fronteira se estão transformando em povoações, o tenente se torna uma espécie de prefeito informal, autoridade para resolver os problemas pessoais dos moradores, apartar brigas e prender bêbados. As suas mulheres assumem tarefas comunitárias, dão aulas, repassam conhecimentos básicos de puericultura e, contou-me um general que por lá esteve em recente inspeção, até ensinam as índias a fazer ginástica tai-chi.

Na Amazônia a logística tem um papel fundamental. Os pelotões mais distantes, que se ligam ao mundo pelas antenas parabólicas e por um sistema de comunicações o mais moderno possí-

vel, dependem dos rios e dos ares para quase tudo. Os pilotos da Aeronáutica são vistos pelas populações como anjos provedores. Os retratos dos pioneiros, como um célebre coronel Camarão, que desrespeitou, uma a uma, todas as regras de segurança dos manuais ao abrir pistas de pouso e transportar doentes, ficam nos refeitórios dos missionários, ao lado do Coração de Jesus e da imagem dos fundadores das ordens. Como ele não morreu, os manuais é que deviam estar errados.

O Exército, que aluga aviões e manutenção da Aeronáutica, vai na mesma trilha e já tem cinco aparelhos próprios, está comprando uma UTI voadora e transferiu helicópteros da unidade de Taubaté para Manaus.

A prioridade amazônica obrigou o Exército a diferenciar o treinamento dos seus homens. As normas básicas de aprender a manter a vida, trabalhar e combater continuam as mesmas, mas não se adentra de igual maneira um combatente da selva, um recruta nos pampas e um soldado profissional das unidades de pronto emprego. As unidades passaram a ser pensadas para emprego regional, e não universal. As três brigadas de ação rápi-

da, aliás, estão todas no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba.

Outra unidade diferenciada é o 19º Batalhão de Infantaria, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, especializado em missões de paz da ONU. Embora não se dedique tanto às missões de paz como os argentinos e os uruguaios, o Exército valoriza muito a experiência internacional que seus homens adquirem em missões como as da Bósnia, de Moçambique e, sobretudo, de Angola, onde maior tem sido a presença brasileira.

O esforço de atualização do Exército está voltado para alguns centros de excelência, onde procura formar quadros capazes de absorver a tecnologia de ponta, no aperfeiçoamento das tarefas de manutenção e de operações, no aprendizado da guerra eletrônica, determinante nos combates modernos, na criação de uma aviação que lhe dê mobilidade tática e na transformação do seu sistema de comando e de controle dos processos decisórios. Os sistemas de comunicações, informática e de guerra eletrônica, por exemplo, foram separados no passado e hoje estão integrados.

Como um oficial passa um terço da sua carreira nas

diversas escolas do Exército, onde o seu desempenho tem grande peso nas promoções futuras, as escolas gozam de prioridade. Os seus comandantes são escolhidos com especial cuidado e as técnicas de ensino têm sido aprimoradas. A Escola de Comando e Estado-Maior, Eceme, por exemplo, está toda informatizada e a ênfase é dada ao trabalho em grupo.

A avaliação dos oficiais para serem promovidos também mudou, especialmente desde o fim da Guerra Fria. O componente político, que foi decisivo para algumas carreiras dos anos 60 e 70, foi totalmente eliminado. O peso da classificação nas turmas da Academia das Agulhas Negras e, posteriormente, na Esao e na Eceme, embora continue importante, não é mais tão determinante como antes. O que determina cada vez mais a possibilidade de um coronel chegar ao generalato são as avaliações do seu desempenho como comandante de unidade e dos seus atributos pessoais, especialmente a sua capacidade de trabalhar em equipe.

Em resumo: o Exército não quer mais generais políticos. Quer ser profissionalmente competente e, como dizem

os franceses, ser o grande mudo na vida nacional.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edições de 12 e 13.07.97, na coluna do jornalista Márcio Moreira Alves)

SOBRE A DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO

Na historiografia das relações exteriores costuma-se distinguir a “diplomacia de prestígio” da “diplomacia de resultados”. Esta se baseia na análise de custos e benefícios. Aquela privilegia a capacidade de manipulação política, valorizando fatores ideológicos e psicológicos. O grande mestre da “diplomacia de prestígio” foi o general De Gaulle, que conseguiu projetar uma imagem política do poderio francês muito superior à realidade econômica e militar. Mao Tse Tung fez o mesmo na China, utilizando o efeito “massa”, aliado a um furor ideológico, para criar uma ilusão de sucesso como modelo socialista. Alguns países adquirem prestígio político negativo, pela sua capacidade de usinar problemas: Cuba, na América Latina, e

Israel, no oriente Médio.

O chanceler Helmut Kohl, da Alemanha Federal, exemplifica ao contrário a “diplomacia de resultados”. Manteve perfil político modesto, com alto desempenho econômico, balanceando custos e benefícios até conseguir a reunificação alemã e posição econômica dominante no continente. Reproduziu, num país derrotado, o desempenho do chanceler Bismarck, unificador da Alemanha no século XIX.

O Brasil tem exemplo de ambas as coisas. O acordo nuclear com a Alemanha e a política terceiro-mundista foram ilustrações da “diplomacia de prestígio”. A laboriosa construção do Mercosul, de outro lado, tipifica a “diplomacia de resultados”. Um dos mais frustrantes exemplos da “diplomacia de prestígio” foi nossa longa campanha para obter reconhecimento como grande potência política nas organizações internacionais. Desde 1923 o Brasil anunciava a sua pretensão de tornar-se membro permanente do Conselho da Liga das Nações (a qual sem a adesão dos Estados Unidos se tornara um clube europeu-cêntrico). A oportunidade surgiu em 1926 quando, após o tratado de concilia-

ção de Locarno, a Alemanha obteve o apoio franco-britânico para a tornar-se “membro permanente” da Liga. Para evitar a candidatura da Polônia, houve um veto a novas inserções no Conselho. Ficou prejudicada a candidatura do Brasil, que sofria objeções européias e dos próprios latino-americanos, interessados no sistema de rodízio. O Brasil revidou com um veto ao ingresso da Alemanha e acabou, pouco depois, renunciando à sua cadeira na Liga das Nações.

Em 1942, durante a II Guerra Mundial, em reunião com Vargas, o presidente Roosevelt, grato pelo apoio bélico brasileiro através da cessão da base aérea de Natal, declarou que proporia para o Brasil uma posição de relevo na futura ONU, a ser criada após o conflito. Na conferência de Yalta, com Stalin e Churchill, em 1943, Roosevelt aventou a idéia dessa participação especial brasileira. Stalin objetou, alegando que a União Soviética não tinha relações diplomáticas com o Brasil (estas só viriam a ser restauradas em 1945). Na realidade, Stalin queria limitar o Conselho de Segurança a um diretório tripartite dos Estados Unidos, União Soviética

e Grã-Bretanha. Apenas relutantemente aceitou acesso dos chamados “países derrotados” – França e China. O Brasil teve de se contentar em inaugurar o sistema de rodízio no Conselho de Segurança, cabendo-lhe um primeiro mandato de dois anos na instalação desse Conselho em 1946.

O tema continuou por muito tempo como brasa sob cinzas no Itamaraty, sem análise realista dos custos (que são muitos) ou dos benefícios (que são poucos). O custo deriva da responsabilidade maior dos membros permanentes do Conselho de Segurança na montagem das operações de paz, com implícita aceitação de maior participação em seu financiamento. Suscitar-se-iam também rivalidades regionais (agravadas no caso brasileiro por sermos uma ilha de cultura portuguesa num mar hispânico). A vantagem seria projeção externa de nossa imagem política. Mas essa projeção melhor seria alcançada como subproduto do desenvolvimento econômico, à guisa do que fizeram Alemanha e Japão. Poucas objeções haveria à nossa pretensão se o Brasil voltasse ao milagre de desenvolvimento da década dos 60, pois combinaríamos

o efeito “massa” com o efeito “eficiência”.

O assunto ressuscita agora porque os Estados Unidos, desejosos de dar reconhecimento ao peso econômico e militar da Alemanha e do Japão, concordaram em acrescentar aos atuais membros permanentes do Conselho de Segurança – Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China – mais cinco países. Duas candidaturas, a da Alemanha e do Japão, são consensuais, confirmando o valor da “diplomacia de resultados”, pois essa promoção política seria mero registro de sua ascensão econômica e militar. Os outros três lugares caberiam, respectivamente, à América Latina, à Ásia e à África. Abre-se aqui uma “caixa de Pandora”. Na Ásia, o candidato natural seria a Índia, que sofre impugnação do Paquistão, despontando, à margem, a candidatura da Indonésia, que alega representar também a cultura islâmica. Na África, competem o Egito, com maior tradição diplomática, a Nigéria, como potencial econômico, e a África do Sul, como democracia multirracial pós-apartheid. Na América Latina, além do Brasil, o mais antigo pretendente, há que levar em conta a Argentina,

que apóia o rodízio, e o México, que preferiria o *status quo* a um reconhecimento explícito da prerrogativa brasileira. Mesmo na Europa, onde a candidatura alemã é consensual, começam a aparecer ambições latentes na Itália e Espanha...

Mesmo transpostas as dificuldades de seleção, surge a questão do "direito de veto", hoje menos importante que na época da guerra fria, mas ainda de valor cautelar. Os Estados Unidos prefeririam excluir desse direito os novos membros permanentes, o que seria considerado uma *capitis diminutio* pela Alemanha e pelo Japão. Os países em desenvolvimento, que desejariam no futuro ver abolido o direito de veto, entendem que, na transição, os novos membros permanentes não deveriam sofrer discriminação, tendo direito aos três Vs – voz, voto e veto. O fato que, no sistema de rodízio, o direito de veto poderia cair em mãos de países inexpressivos é um complicador adicional...

Atentas essas controvérsias, a ampliação do CS pode tornar-se paradoxalmente um fator de insegurança pelo aticamento de rivalidades regionais.

Para complicar as coisas, a recente política de Washington, em relação à América Latina, é uma obra-prima de confucionismo. Talvez a idéia subjacente seja o princípio de *divide et impera* de que se serviu a Grã-Bretanha para reger o certo europeu no século passado. Haverá coisas mais divisórias do que abolir a proibição de venda de armas sofisticadas, com o fornecimento de aviões F-16 ao Chile, país que até recentemente teve tensões territoriais com seus vizinhos? Ou a caracterização da Argentina como aliado especial extra-Otan e portanto autorizada a comprar armamentos em condições especiais? Os argumentos de que: a) com a redemocratização foi anulado o perigo de corridas armamentistas porque "as democracias não guerreiam entre si"; ou b) que os Estados Unidos fazem apenas vendas preventivas para ocupar espaço que russos e europeus ocupariam, parece resultar menos de avaliações políticas sóbrias do que de mera racionalização de pressões da indústria bélica ou do Pentágono. Como conciliar pregações de austeridade fiscal aos latino-americanos com a liberalização de venda de

armamentos? Os militares, aqui e alhures, nunca foram fanáticos no cálculo de custos e benefícios. Os F-16 para o Chile são como o submarino nuclear brasileiro. Excelente idéia, desde que primeiro se encontrem inimigos credíveis que justifiquem a despesa...

Se para a "diplomacia de prestígio" a questão do CS é importante, para a "diplomacia de resultados" ela é secundária. "Paris vale bem uma missa", disse o rei Henrique IV ao aderir ao catolicismo em 1593. Mas certamente o CS não merece uma querela entre o Brasil e a Argentina...

Nossas prioridades devem ser outras, de tipo mais utilitário. A primeira prioridade é o fortalecimento do Mercosul, até mesmo como pista de treinamento na harmonização de políticas, coisa indispensável para chegarmos a uma negociação competente na formação da Alca em 2005. Uma segunda seria o ingresso do Brasil no clube dos países industrializados – a OCDE – a exemplo do que fizeram México e Coréia do Sul. A troca de experiências nesse conclave aumentaria o grau de racionalidade em nossa política econômica e talvez contribuísse para melhorar o

credit rating do Brasil, hoje menos favorável que o de vários países de economia mais débil.

A posição política do Brasil é confortável, independentemente de cabalas diplomáticas. Se a América Latina optar pela designação de um membro permanente para o CS, dificilmente o Brasil seria preterido, em vista de seu peso específico econômico e territorial. Se adotado o rodízio, isso não seria uma derrota. Desastroso, sim, seria qualquer esfriamento na cordialidade tardiamente alcançada entre o Brasil e a Argentina.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 31.08.97, e assinada pelo Deputado Roberto Campos)

AS FORÇAS ARMADAS

Provavelmente por descuido, mas coincidentemente, um conjunto de decisões – e de não decisões ativas – do governo federal terminou por criar constrangimento em todos aqueles que entendem o caráter estratégico e insubstituível das Forças Armadas. A começar pelas deci-

sões relacionadas aos processos envolvendo pessoas vitimadas por razões políticas, durante o regime autoritário. A ausência, nas listas, de soldados e oficiais também vitimados, rompeu com critérios paritários. Mais grave ainda são os casos em que se caracteriza nitidamente uma situação de combate e não de ocultamento. É o caso, por exemplo, do capitão Lamarca, cujo cerco ocorreu através de uma ação militar aberta. A indenização, num caso como esse, produzirá, em algum momento, a responsabilidade relativa, já que a identidade do autor é amplamente conhecida. No exemplo dado, ao se caracterizar o abuso, induz-se a um processo contra o autor. Não é esse o espírito da anistia, que deve atingir a todos os combatentes, de um e de outro lado. As únicas exceções são os casos ocorridos fora de combate e desde que com cobertura das autoridades.

Outro ponto se refere à forma como vem sendo discutida a crise na esfera da segurança pública. O tratamento dado à grave questão do crime organizado com base no tráfico de armas e de drogas, e o uso e abuso de declarações e participações que procuram questionar a militarização das polí-

cias quanto às suas relações – de ontem e de hoje – com o Exército, são, no mínimo, provocações extemporâneas. Principalmente num país que deve a sua unidade territorial ao Exército, desde a Independência, que tem porte continental e cuja federação ainda vive um processo de amadurecimento. A ação anticrime organizado, embora sem atribuir funções policiais às Forças Armadas, deve considerar estratégica a sua participação, seja em relação às fronteiras – terrestre, marítima e aérea – seja em relação aos armamentos ou ao sistema de informações.

Um outro ponto inescapável é aquele relativo à remuneração. O comportamento exemplar das Forças Armadas no episódio de rebeldia das forças policiais, por todo o país, não poderia ter deixado de lado a delicada defasagem salarial dos corpos militares. A desculpa da reforma administrativa e da importância de desvincular os reajustes dentro do funcionalismo não passa por nenhuma assessoria séria. Há diversas maneiras de enfrentar a questão, sendo que a melhor de todas é tratá-la de forma aberta e transparente e assumir com coragem esta necessidade.

Se não bastassem estas questões, ocorre uma clara inibição no processo de modernização dos equipamentos militares. Não há como evitar o tema. O término da polarização ideológica a nível mundial, e da guerra fria, não indica que as atividades militares estejam em processo de obsolescência. Aí estão os conflitos, espalhados pelo mundo, dos quais a América Latina não é exceção. Um país que se propõe a sentar no Conselho de Segurança da ONU não pode deixar de estar aparelhado para isso.

Um vetor adicional é o que se refere aos conflitos no campo, às invasões e ao movimento sem terra. O governo federal tem todos os elementos que permitem concluir que parte significativa daquela atividade é de cunho político-profissional e nada tem a ver com a necessária reforma agrária. Sabe que profissionais se deslocam entre os acampamentos por pura agitação. As declarações de desrespeito aberto à lei, feitas por um dos líderes do movimento, não poderiam ser apenas deploradas.

Finalmente, depois deste conjunto, digamos, de coincidências, vêm as autoridades propor, sem que se entenda as motivações, a

criação rápida de um Ministério da Defesa. Esta, pelo menos, não é uma prioridade. As Forças Armadas contam com um Estado Maior conjunto, previsto para assumir funções de comando na dinâmica de um conflito que possa vir a ocorrer. Nos exercícios virtuais que são realizados rotineiramente, esta previsão é testada. Portanto, antes de se definir uma nova burocracia, pelo gosto de se dizer civil, deve-se discutir exaustivamente as razões e as funções, para que não seja apenas um ministério de uso externo sem qualquer poder efetivo.

Para que não parem dúvidas quanto às intenções, seria útil que estas questões fossem tratadas fora do rumor dos quartéis e dos clubes militares.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 11.09.97, e assinada por César Maia, ex-prefeito do Município do Rio de Janeiro)

A NOVA GEOPOLÍTICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Este é um tempo de esperanças e de angústias. A atualidade está grávida do futuro,

como classicamente se notou. Afloram novas tendências – a chamada geoeconomia, por exemplo –, enquanto reafirmam-se políticas permanentes, como a de poder mundial. Após décadas de repúdio, voltam a ser utilizadas antigas ferramentas de análise, como parece ser o caso da geopolítica.

Poder, geoeconomia e geopolítica compõem o campo contemporâneo da segurança internacional. Com o fim da guerra fria, propagou-se a percepção superficial de que, doravante, as diferenças internacionais se confinariam ao campo comercial e financeiro (daí a voga da geoeconomia) e que as manifestações de poder político e militar passavam a ser apenas marginais.

As questões de segurança internacional formam um contexto político específico e integrado. Os processos de globalização e regionalização econômica não existem isoladamente, pois se amparam na articulação da ordem política mundial, a qual, por seu turno, é condicionada por considerações de poder que concretamente condicionam.

Durante muito tempo, imaginou-se que a geopolítica e sua pesada tradição

histórica – colonial, belicista e expansionista – estavam para sempre sepultadas. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, nem se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder da análise político-estratégica.

Nesta fase, registra-se uma espécie de renascimento da geopolítica. A Europa se reorganiza com base em uma geometria flexível, ainda a ser precisada nos campos político, econômico e militar. Na África, expande-se uma inquietante zona de instabilidade que engloba Ruanda, Burundi e Zaire (Congo). Não há sinais de que esse processo, seus fluxos de refugiados e as rivalidades tribais, regionais e globais, nele subjacentes, já estejam sob controle. No Oriente Médio, as conhecidas oposições de forças entre árabes e israelenses se radicalizam, ao mesmo tempo em que persistem tensões no Golfo. A Bacia do Cáspio aparece como uma área de dura disputa, em que considerações políticas e econômicas – petróleo – aparecem combinadas. A Ásia central está em transição estratégica. Na Ásia oriental, persiste o jogo de poder que en-

volve as principais potências com presença regional. Mesmo em nossa região, muito menos tensa, se relança o tema, há tanto tempo em hibernação, da compra de armamentos sofisticados e, à raiz da negociação da Alca, volta-se a tratar do tema da hegemonia hemisférica.

A novidade é que agora a geopolítica não incorpora apenas esses componentes pesados e tradicionais de planejamento para o conflito, disputas e violências. É verdade que a nova geopolítica continua a preocupar-se com categorias fundamentais do entendimento político-estratégico, que estão nos manuais: o território, sua localização, distribuição espacial, interrelação e complexidade dos fenômenos e das forças em presença. Mas apresenta também facetas inéditas.

Pelo menos três dimensões profundamente inovadoras se incorporam à geopolítica: a construção de espaços regionais, como, por exemplo, a América do Sul e o Mercosul; o dramático despontar do espaço digitalizado mundial, no qual sobressaem a Internet e a televisão; e a expansão de um espaço econômico que se pretende virtualmente

desterritorializado, mas que se materializa em fluxos de capital e investimentos diretos.

Em nosso entorno imediato, a nova geopolítica regional rompe com o modelo antigo, consagrado em livros afinal relegados ao fundo das estantes. Desaparece o modelo de desunião e diferenças, baseado no predomínio do desconhecimento recíproco ou nas relações de rivalidade. Concretizam-se os interesses comuns, via cooperação e, sobretudo, integração. Muda, pois, a visão e o destino da América do Sul. Todos saem amplamente ganhadores, ao findar o velho jogo de soma-zero. Os desafios da globalização nos levam a articular um futuro em que a região sul-americana funcione como um todo efetivo e harmônico, em benefício de cada um de nossos países.

Abre-se, por outro lado, um horizonte eletrônico e cibernético global, um novo espaço geopolítico que aproxima os povos e países e no qual nossa região joga sua identidade em formação. A Internet, a televisão, a nova telefonia são as facetas mais visíveis desse bravo novo mundo digitalizado. Seu avesso está nas possibilidades de dominação cultural,

propaganda, interferência eletrônica e criação de discriminação a excluir os que não têm acesso aos meios avançados de informação. Vivemos uma época em que prioridade crescente será dada à segurança das comunicações – à proteção tecnológica da privacidade assegurada pela Constituição e à proteção dos legítimos segredos comerciais e financeiros.

É necessário afirmar presença brasileira na Internet e ampliar a democratização do acesso maciço dos usuários potenciais à rede. Dessa forma, evitaremos ser apenas consumidores de um produto cultural, científico e tecnológico alheio. A procura crescente estimulará fortemente a ampliação da oferta local de material informativo, na rede, o que já vem ocorrendo. Mas transparência é hoje um ingrediente fundamental da democracia. Em segundo lugar, devemos buscar não a rivalidade e a separação entre o português e o espanhol na rede, mas o reforço mútuo, a firme cooperação na divulgação de ambos os idiomas e a disponibilidade ampla de *home pages* e de grupos de discussão bilingües.

Finalmente, o processo de expansão e globalização

dos fluxos financeiros induz uma nova geopolítica mundial de investimentos. O mundo do capital está em transformação, novas tendências, novas possibilidades de ganho e novas pressões se estão desatando. Segundo dados do Banco Mundial, o fluxo líquido de capital privado em direção aos países em desenvolvimento aumentou 5,5 vezes nos seis últimos anos, alcançando US\$ 244 bilhões em 1996, enquanto os recursos oficiais passam de uma fase de estagnação para uma de declínio, sendo agora de US\$ 41 bilhões. A Ásia-Pacífico absorveu, no ano passado, US\$ 109 bilhões, dos quais apenas a China ficou com US\$ 52 bilhões (ou seja, 21% do total mundial) e a América Latina – Caribe e outros, US\$ 74 bilhões.

Acirra-se a competição pela entrada de capitais privados, envolvendo em 1996, na mesma faixa que o Brasil (US\$ 15 bilhões, cifra provavelmente subestimada) e a Argentina (US\$ 11 bilhões) – como as mais fortes economias do Mercosul – países como o México (US\$ 28 bilhões), Indonésia (US\$ 18 bilhões), Malásia (US\$ 16 bilhões) e Tailândia (US\$ 13 bilhões), o que aconselha um tratamento

para a questão que vá muito além da vocação descritiva da geografia econômica.

No novo contexto competitivo mundial, é flagrante a necessidade do melhoramento da coleta, processamento e difusão de informações econômicas, a defesa contra a intrusão por meios eletrônicos e do esforço no campo vital da segurança e privacidade das comunicações.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.06.97, e assinada por Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República)

A ESCOLHA E O SONHO

Mudança e escolha são inseparáveis como cara e coroa. As horas decisivas de ruptura e mudança na História são quase sempre acompanhadas por escolhas dilacerantes entre alternativas radicais e excludentes. Catolicismo ou protestantismo na reforma, monarquia ou república na Revolução Francesa, democracia ou totalitarismo nas revoluções comunistas ou fascistas.

É, ao contrário, durante os períodos de estabilização e continuidade que as opções praticamente desaparecem. Nos cinquenta anos da "belle époque", por exemplo, ninguém levava a sério outra organização social que não fosse a do liberalismo na política e na economia.

Hoje, nos defrontamos com uma situação "sui generis", talvez sem precedentes. Por um lado, nunca as mudanças foram tão drásticas e fulminantes. Por outro, há uma sensação de desamparo, de que não temos escolha. Gostemos ou não, quaisquer que sejam os nossos valores ou ideais, uma mudança particular, sempre a mesma para todos, parece impor-se de modo inexorável.

Não deixa de haver certa ironia que isso ocorra justamente quando o marxismo, aparentemente, entrou em recesso. Atualmente, muitos dos que ontem criticavam o mecanicismo da explicação marxista pregam a globalização como corolário inelutável das novas relações de produção revolucionadas pela tecnologia das telecomunicações, dos transportes e dos computadores.

Longe de se excluir, o marxismo-leninismo e seu antípoda, o neoliberalismo

duro e puro, convergem, no fundo, em sua comum negação da possibilidade de que os homens possam ter uma verdadeira escolha.

Completamente diversa é a posição dos que não só admitem como desejam a possibilidade de opção, mas não conseguem discerni-la em meio à poeira levantada pelos escombros e desabamentos de um mundo em demolição.

Era isso, por exemplo, o que dizia Keynes a propósito do "laissez-faire", pai do neoliberalismo e avô da globalização: "Deve-se admitir que (os princípios do 'laissez-faire') foram consolidados nas mentes de pensadores sólidos e da opinião pública razoável pela pobreza das propostas alternativas – o protecionismo, de um lado, e o socialismo marxista, do outro".

Essas palavras foram escritas em 1926, quando a economia americana vivia euforia comparável à atual, com a Bolsa em expansão frenética, e os economistas prestigiosos da época anunciavam o fim das oscilações cíclicas e uma expansão sem recaídas. Três anos depois, em 1929, o colapso da Bolsa precipitaria os EUA e o mundo numa depressão da qual, em parte, só conseguiram

sair graças à alternativa ao "laissez-faire" e ao marxismo proposta pelo próprio Keynes.

O recente encontro do G-8 em Denver constituiu o ponto alto do triunfalismo dos americanos, contagiados, como diria o presidente do Fed, pela "exuberância irracional" da Bolsa.

A autocomplacência com que os anfitriões esfregaram na cara de europeus e japoneses o êxito do seu processo de "destruição criativa" acabou por provocar efeito oposto ao desejado. Pondo de lado por um momento suas divisões, alemães, franceses e italianos se uniram na rejeição do modelo de individualismo, proteção social mínima e mercado de trabalho flexível.

Todos reconhecem, é claro, que a economia americana tem tido, nos últimos três a quatro anos, desempenho superior em termos de crescimento e geração de empregos. Mas não só a tendência é recente demais para permitir conclusões definitivas como existem, nesse quadro em "chiaroscuro", zonas de sombra que não devem ser ignoradas.

Dentre elas, destacam os críticos a queda em mais de 20%, nas últimas duas dé-

cadadas, do salário real por hora dos trabalhadores jovens com 12 anos ou menos de escolaridade apenas (qualquer comparação com a situação educacional brasileira seria covardia), o aumento sensível da insegurança do emprego e da volatilidade em horas trabalhadas e pagamento recebido. A somatória desses fatos se reflete no comentário, um tanto exagerado, do ministro da Economia da França: "Como se pode ter um país no qual 2% da população adulta está na cadeia?".

Ou como comentou outro participante europeu: "Os americanos ficam o tempo todo insistindo para adotarmos o modelo deles. Logo depois, nos advertem de que não é prudente nos afastarmos do nosso hotel durante a noite..."

Um realismo sóbrio nos obriga a reconhecer que não temos uma solução satisfatória. Até hoje, nenhum sistema econômico foi capaz de garantir a todo ser humano desejoso de trabalhar um emprego produtivo e relativa igualdade de participação nos benefícios do sistema.

Será um sonho? Um mito criador? É possível. Mas, enquanto houver vida e esperança, ninguém impedirá as pessoas de sonhar com

um modelo melhor e com a liberdade de escolhê-lo.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 28.06.97, e assinada pelo Diplomata

Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD)

'BIG-BANG' DO SISTEMA DE PARTIDOS

H Há poucas semanas, Genaro Arrigada, *político*logo, professor e ex-Ministro Secretário Geral do Chile entre 1994 e 96, lançou seu último livro de 73 densas páginas: *Hacia un Big Bang del sistema de partidos?* Creio ser uma leitura indispensável, neste momento em que os sistemas de partidos políticos, no mundo todo, fazem água. Arrigada apresenta um relato histórico do que chama de três sistemas de partidos políticos no Chile, desde a metade do século passado. Em linhas gerais, o modelo dos três sistemas poderia ser adaptado para analisar outras realidades, incluindo a nossa. O autor trata primeiro das condições existentes desde o século 19 até o início do século 20.

Nesse período é construído o que chama de "primeiro sistema de partidos", a partir da questão religiosa. Formam-se dois partidos, o Conservador e o Liberal, que lutam pela sincronização e separação entre Estado e Igreja. No auge dessa estrutura, surge o partido Radical, que exige uma solução nítida de separação, recriando o sistema com três partidos, e empurrando o Liberal para uma posição de centro e de maior conciliação. O segundo sistema surge na década dos 1920 e terá como lastro a questão social. Criam-se, em nome dos trabalhadores, os partidos Comunista e Socialista, deslocando os radicais para uma posição de centro, o que leva os conservadores e liberais a constituir uma nova direita. O partido Radical será a peça chave desse longo período, que irá até o final dos anos 50. De novo, a posição de centro representa uma postura de conciliação entre os extremos.

O segundo sistema irá discutir problemas da democracia, dos direitos sociais e da prosperidade, em torno dos quais os partidos irão divergir, apoiando os radicais, ora pela direita, ora pela esquerda. O terceiro sistema de partidos terá

como lastro a questão ideológica. Ele se forma lentamente, desde a década de 30, a partir das divergências internas dos partidos. Pela direita aparece a Falange, que vai expressando posições da Igreja Católica mais progressistas, até transformar-se no poderoso Partido Democrata Cristão. A Falange se mantém por 20 anos, com menos de 5% dos votos, e só a partir de 1957, já como democracia-cristã, torna-se o vértice mais forte do triângulo político chileno. Liberais e Conservadores irão se unir, nos anos 50, criando o Partido Nacional. Finalmente, comunistas e socialistas, apesar de suas lutas permanentes, convergirão em busca da melhor tática para a revolução popular.

Arrigada distingue a posição de centro da democracia cristã, não como sendo uma posição de conciliação, mas chamando-a de Centro Doutrinário, com projeto próprio e irreconciliável à direita e à esquerda. Ela se apoia em importantes setores populares, como trabalhadores rurais e moradores urbanos sem teto, falando numa revolução, em liberdade e discutindo formas transitórias de propriedade. Com isso, os três vértices

tornam-se inflexíveis chegando ao impasse e à sua ruptura. O terceiro sistema esgota-se com o golpe militar que transformou a mais sólida democracia latino-americana num regime ditatorial brutal, em sua primeira fase, e economicamente eficaz em sua fase final.

A democratização dos países reconstrói o sistema de partidos. Arrigada ressalta que, apesar de os partidos retornarem com os mesmos nomes, com uma duplicação pela direita entre RN e UDI, o quadro é completamente diferente. A *Concertación*, que leva ao poder democratas-cristãos e socialistas, estes últimos também duplicados com o surgimento do PPD, já não consegue ocultar suas convergências práticas. A questão ideológica anterior se esvai. O sistema eleitoral e partidário reproduz as elites partidárias. O ordenamento interno dos partidos entra em crise. Nas palavras do autor, "um outro fator que veio aprofundar a crise dos partidos. Trata-se de uma mudança, a nível mundial, da atividade política, da própria natureza dos partidos e da representação cidadã. Ainda que tivéssemos os mais perfeitos sistemas eleitoral e democrático, igualmente teríamos que

desenvolver um esforço de análise e de criação para adequar os partidos a um mundo que tornou obsoletas suas atuais formas de ação".

Os partidos estão incluídos num quadro que torna quase dispensáveis as formas anteriores de comunicação política e que exige uma revisão. Revisão esta que deve ser completa e capaz de rever o lastro e os meios para chegarmos conscientes a um quarto sistema de partidos, no qual estamos entrando sem saber direito como e por quê. Isto é, além de tudo, perigoso. Prudente, pragmático ou doutrinariamente, o melhor seria aceitar o desafio de Arrigada.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 10.07.97, e assinada por Cesar Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro)

O IMBRÓGLIO DO FIM DO SÉCULO

Nos últimos 50 anos a insegurança externa produziu estabilidade interna. Agora a equação se transforma: a maior segurança externa permite e talvez alimente uma maior instabilidade in-

terna” (Giovanni Sartori em *A democracia depois do comunismo*).

“Dedicarei todos os segundos de minha vida a combater o governo hipócrita de FH” (Luís Inácio Lula da Silva, em *O Globo* de 17/06/97).

“... a situação é grave e de forma alguma a tropa voltará aos quartéis com esse valor” (Cabo Júlio César Gomes, da PM mineira, *Jornal do Brasil* de 02/07/97).

“... o partido do atraso é apoiado por setores de esquerda e de direita. Como não há definições claras e programáticas, eles se opõem a qualquer mudança...” (Fernando Henrique Cardoso, *Jornal do Brasil* de 08/07/97).

A primeira citação reflete a moldura pós-guerra fria (e, para o Brasil, pós-antagonismos regionais) dos quadros sócio-políticos dos países com graves problemas internos. A segunda, terceira e quarta são exemplos emblemáticos pinçados do dia-a-dia da imprensa, de alguns matizes psicodélicos do quadro brasileiro preocupante e confuso.

A redemocratização aconteceu sob a influência de três tipos de circunstâncias que se complicam onde há grande desigualdade so-

cial. Primeiro: a frustração dos “mais à esquerda” que, divorciados da realidade e intoxicados por suas convicções a ponto de as suporem exequíveis, esperavam que o regime autoritário fosse sucedido por seus ideais, malogrados pelo pluralismo democrático. Segundo: o sentimento de descompressão que leva a confundir o cumprimento da lei com o autoritarismo – um passaporte psicossocial para o delito generalizado. Terceiro: a Constituição de 1988, que gerou expectativas e direitos generosos supostamente “acima” da disponibilidade de recursos, e produziu um modelo político caracterizado pelo condicionamento da governabilidade a consensos complicados, pela ambigüidade federativa (tributos e encargos), pela super-representação de populações escassas (herança do regime anterior) e por um sistema partidário sem consistência.

No embalo do primeiro tipo de circunstâncias, a esquerda sectária, inconformada com o resultado de 1994, inibiu a lógica natural, o apoio da ala moderada ao governo social-democrata, “empurrando-a” para o centro. Manejando retoricamente a liberdade demo-

crática, ela vem apoiando práticas contestatórias e reivindicatórias inclusive à margem da lei, afirmadas como legítimas porque, de acordo com sua interpretação dogmática, estariam a serviço do povo – uma presunção de verdade que pode se transformar em arrogância autoritária, uma vez no poder.

Esse jacobinismo caboclo motiva fatos e opiniões perturbadores da tranqüilidade pautada no direito. Exemplos: as invasões rurais e urbanas, eventualmente violentas. As acusações com base em informações inconsistentes e (ou) obtidas ilicitamente (a delinquência camuflada de virtude, à moda dos regimes autoritários). O bloqueio às reformas do direito, por vezes em aliança com o privilégio e o corporativismo egoísta (o que faria o sectarismo no poder, se bloqueado? Inspirar-se-ia em Lênin que dissolveu a Constituinte contrária a seus desígnios?). E um exemplo com força simbólica: “O julgamento de José Rainha foi político”; não está em causa aqui o discutível acerto do julgamento, mas política foi a pressão do MST (o que diriam os defensores dessa pressão se o réu fosse um PM e mil PM se

posicionassem na frente do foro com seus "instrumentos de trabalho"?).

O maior reflexo de segundo tipo de circunstâncias é a tolerância da sociedade e do poder público com a ilicitude, comprometedora do respeito a lei, requisito essencial da democracia. A tolerância com o ilícito é sempre errada; contudo (enfocando um tema atual), em se tratando das polícias pagas pelo povo para serem instrumentos da ordem, mas cujos ativistas se escondem no capuz dos "fora da lei" ou promovem ilegalidades para chantagear o povo e o Estado, a contemporização significa abdicação da ordem à desordem, com risco para o ordem democrática cuja garantia diante da força é a disciplina dentro da lei.

Vamos ao terceiro tipo de circunstâncias complicadoras da sistemática democrática. É problemático um regime permeado pela política que exponencia a questão eleitoral e a idéia de que mandato é salvo-conduto para o usufruto das vantagens do poder. Condicionada por parâmetros dessa natureza, nossa democracia vem sendo "simpática" às expectativas e aos direitos (e privilégios) incoerentes com

a realidade e geradores de déficits públicos contra os quais se insurgem alguns Executivos, que pagam as contas... Mas é justo consignar que, nesse campo, não existe um direcionamento singular contra o atual governo federal; governadores "petistas" do Distrito Federal e Espírito Santo também sofrem a pressão reivindicatória do serviço público usufrutuário do estado (curiosamente, apesar da resistência às reivindicações, os poucos servidores que se demitem são em geral os competentes para obterem bons empregos, o que permite a lição de que o salário dos demais não é tão injusto assim...). Aparentemente, nossos políticos, obcecados pelo sufrágio do eleitorado cliente do Estado, esquecem que distribuição só é viável quando há produção e receita fiscal, no caso do Estado.

Outra área delicada é a do ideário nacional – desenvolvimentista e estatizante, que já estava claudicante no mundo ao tempo da Assembleia Constituinte (1987/8). Ele teve sua época correta mas hoje prejudica o Estado nos campos que lhe são próprios (saúde, educação, infra-estrutura, segurança, etc.). A resistência à redução de sua influência se in-

sere na questão eleitoreira, em particular junto ao serviço público direto ou indireto, beneficiário daquele ideário porque a intervenção do Estado é generosa em termos de vantagens para o corporativismo público, inviáveis para o "povão".

Ainda no campo do terceiro tipo de circunstâncias, uma breve menção à ambigüidade federativa, diluente da responsabilidade dos estados e municípios; esse modelo federativo confere autonomia regional para o gasto, maciçamente concentrado no clientelismo, à sombra do apoio da União, o que seria razoável em regime unitário e autoritário mas não em uma democracia descentralizada. Essa questão vem muito a propósito dos aumentos, porventura concedidos às polícias: se os governos estaduais cederem à pressão policial, o custo da rendição deve ser pago apenas pelo povo que os elegeu e não repartido por todo o povo brasileiro via apoio da União, cujos militares e policiais federais não têm recebido aumento salarial há 2 anos.

Uma consequência grave dos problemas tratados neste artigo (e outros similares) vem sendo o descrédito da política, um fato de risco porque sem ela não há vida

democrática. Descrédito fundamentalmente criado pela não solução de nossos problemas maiores, mas sem dúvida ampliado, no nível do costume e do exemplo, por práticas como a dos recessos brancos do Congresso (feriados no meio da semana) e seu regime de trabalho de 3ª a 5ª feira para permitir o contato com as bases – uma preocupação bem menos atuante no tempo da capital no Rio de Janeiro...

No fundo, as cores vivas e conflitantes do quadro brasileiro atual são decorrência das ajustagens de um modelo de Estado clientelista, patrimonialista, cartorial e populista-coletivista e da sociedade moldada em coerência com ele, à realidade da virada do século. As ajustagens (no direito, na cultura e nos costumes), pressionadas de fora pela internacionalização da economia e condicionadas por dentro pela multiplicidade de interesses em conflito, são contravertidas e resistidas pelo interesse, pela demagogia, pelo "contra" da paixão política e, é preciso reconhecer, pela convicção sincera, influentes na formulação (Legislativo) e na interpretação (Judiciário) do direito. Mas elas são necessárias

para poupar o Brasil do vaticínio da citação de Giovanni Sartori, do início do artigo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 14.07.97, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores)

PREDADORES ASIÁTICOS

Relatório confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) revela que 80% da madeira extraída da Amazônia são provenientes de atividade ilegal e predatória. Mais grave ainda: 22 madeiras estrangeiras, proprietárias de cerca de 2 milhões de hectares de terras na Região Norte do país, se dedicam a dar uma facha legal ao comércio e exportação clandestinos do produto. É questão a um tempo ambiental e de segurança nacional.

Dois anos atrás, o *Jornal do Brasil* pedia ao governo urgente mobilização para evitar um flagelo iminente sobre a Amazônia: o desmatamento de três a cinco milhões de hectares, algo entre 25% a 40% da cobertura

florestal do Suriname, que faz fronteira com o Brasil, por madeiras do Sudeste asiático, principalmente da Malásia.

Depois de devastar seus países de origem, esses desflorestadores se aproveitaram das dificuldades econômicas do Suriname para obter concessões sobre parte da floresta amazônica, acenando com investimentos de meio bilhão de dólares, quase o PNB da antiga Guiana Holandesa.

Verifica-se um agravamento, hoje, no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Política Florestal da SAE, em colaboração com o Ibama. Cinco madeiras asiáticas que atuam na Amazônia têm especial interesse nas áreas próximas às principais calhas de produção de madeira, nos rios Solimões e Madeira, o que pode facilitar o contrabando para o Peru e a Bolívia, e as conexões com os narcotraficantes.

Para os vendilhões de madeira, verdadeiros predadores em escala global, é um negócio e tanto. Com as florestas asiáticas devastadas e o preço de madeira em alta, comerciantes malaio e indonésios, que esbarram em novas leis de proteção ambiental em seus respec-

tivos países, elegeram a Amazônia como alvo preferencial de seus negócios sujos.

É inadmissível e deveria ser objeto de uma cruzada ambiental em nível nacional tal comportamento predatório. Conter o avanço dessas madeireiras, que legalizam o extravio fraudulento através de guias fiscais do Ibama roubados ou contrabandeados, deve ser prioridade nacional. O Ibama não tem condições de fiscalizar sozinho toda essa área, e deve ser auxiliado por vários órgãos que atuam na vasta região, como o Ministério da Justiça, através das polícias, o Incra, a Funai, a Receita Federal e o Banco Central, sem falar nas Forças Armadas.

Existem provas irrefutáveis de que empresas estrangeiras compram terras e empresas brasileiras para agir contra o interesse nacional. O presidente da República deveria inscrever em sua agenda o compromisso de mobilizar as autoridades do País na guerra contra esses *gangsters* internacionais.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 30.05.97)

GENOCÍDIO NA ALDEIA GLOBAL

Nquanto não se puder fim ao genocídio, não pode existir verdadeira globalização.” Quem disse essas palavras foi uma japonesa miúda e de aparência frágil, Sadako Ogata, Alta Comissária da ONU para os Refugiados.

Ela é das raras pessoas que preservam no mundo de hoje a capacidade de indignação moral. Depois de tentar salvar, em meio à indiferença generalizada, os refugiados dos campos do Zaire, desembarcou no coração do poder, na capital dos Estados Unidos, o centro do “Consenso de Washington”, para desmascarar a grande mistificação do nosso tempo.

Em discurso no Museu do Holocausto, lembrou que meio século após as abominações nazistas, ainda não se conseguiu liquidar, “a mais violenta e perversa forma de violação dos direitos humanos”.

“Por quê?”, perguntou, “Se teve de esperar até agosto de 1995 para que a população de Sarajevo e de outras cidades sitiadas da Bósnia recebesse o socorro da Otan e a paz fosse finalmente imposta? É moral e

praticamente admissível permanecer neutro diante de atrocidades sistemáticas? Por que país algum se dispôs a intervir em Ruanda no auge do genocídio em 1994? Por que a Força Multinacional autorizada a resgatar centenas de milhares de refugiados no leste do Zaire foi cancelada em dezembro do ano passado, fazendo com que milhares de pessoas perdessem a vida na região?”

Sua resposta é clara e forte como suas perguntas. “É porque as grandes potências não identificaram nisso qualquer interesse estratégico ou porque os seus interesses não convergiram.”

E prossegue, destroçando outro mito dos dias que correm: o de que a queda do Muro de Berlim tivesse curado a paralisia dos poderosos. “Nesse sentido, a situação não difere fundamentalmente dos anos da Guerra Fria, quando interesses políticos derivados do confronto ideológico foram uma das causas para não impedir os campos de matança do Camboja.”

Um discurso como esse desmonta o mecanismo de hipocrisia pelo qual se entoam hinos de louvor à glória da economia globalizada, enquanto se fecham os olhos

seletivamente aos crimes abjetos a que essa economia não é de todo alheia.

Há, de fato, uma solidariedade para o bem, mas igualmente para o mal, a comunhão dos santos, mas também o conluio dos perversos. O bem geral da humanidade pode talvez aconselhar a integração dos mercados e a abolição das barreiras ao investimento. Nesse caso, porém, essa mesma razão de solidariedade impõe que se abram as portas ao imigrante e ao refugiado, que se proteja a vítima do genocídio.

A verdadeira globalização não é apenas a unificação dos mercados ou do espaço econômico. Essa é uma visão reducionista que rebaixa o fenômeno a um dos seus componentes. A globalização é, na verdade, ou deve ser, a unificação em dimensão planetária do espaço para a ação e a promoção do homem em todos os campos de bem-estar material e espiritual.

Sua força principal vem da política e da cultura, não da economia. Foi o fim do confronto ideológico que criou as condições para facilitar a integração econômica e não o inverso. Na base disso tudo vamos encontrar as revoluções na ciência e na

tecnologia, em outras palavras, na cultura. Como havia ocorrido no Renascimento, permitindo a era das descobertas marítimas, ou na Revolução Industrial.

É por esse motivo que a globalização digna desse nome é sinônimo de respeito à diversidade cultural, é a observância universal dos direitos humanos, a co-responsabilidade de todos para dispensar proteção contra o mal.

Iludem-se os que julgam possível a sobrevivência de uma globalização confinada à esfera econômica. Esquecem que a globalização da época vitoriana, da belle époque, foi aniquilada pela guerra de 1914. E que deu lugar ao totalitarismo político e econômico dos anos 30 e à Segunda Guerra Mundial.

Tampouco é aceitável dar de ombros e culpar pelas selvagerias a natureza feroz de povos tribais. Sabemos hoje muito bem que na raiz desses conflitos ou do seu agravamento é fácil detectar as impressões digitais do imperialismo e da colonização. Boa parte do suposto antagonismo atávico de Tutsis e Hutus foi inventado pelos colonizadores como arma de dominação. E por falar em armas, quem armou os fundamentalistas

no Afeganistão, quem arrasou o Camboja para a guerra? E não teríamos espaço se fôssemos aqui fazer o processo da responsabilidade das potências coloniais na criação de dezenas de países inviáveis onde o Estado se encontra em plena regressão.

Diante desses horrores, a solução não virá da indiferença, do "sacro egoísmo" dos poderosos ou da ação unilateral nos casos eventuais em que o interesse dos grandes estiver envolvido. Ela terá de ser buscada no reforço das Nações Unidas, na criação de uma força internacional de intervenção rápida que possa ser empregada em situações-limites e com a participação do maior número possível de países.

Só assim poderemos caminhar em direção à verdadeira globalização com rosto humano, cuja inspiração é, não Margareth Thatcher ou Bill Gates, mas Sadako Ogata e madre Teresa de Calcutá.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 01.07.97,

e assinada pelo Diplomata Rubens Ricúpero, Secretário Geral da UNCTAD)

O ESTRATEGISTA DA PAZ

Na cerimônia comemorativa dos 50 anos do Plano Marshall, em Haia, Holanda, o presidente Clinton evocou a dramática situação da Europa no imediato pós-guerra. A Alemanha em ruínas, o porto de Rotterdam arrasado, escassez de carvão e de energia elétrica na Grã-Bretanha, fábricas destruídas, refugiados, fome e desolação por toda parte. Para neutralizar o potencial desagregador da miséria e do ressentimento e impedir que o comunismo aproveitasse oportunisticamente essa vulnerabilidade histórica, o secretário de Estado americano à época, George Marshall, propôs, a 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um ousado plano para financiar a recuperação econômica e social de um continente destruído. Um gesto de enorme alcance político: pela primeira vez na História, o vencedor de uma guerra ajudava o vencido a se reerguer.

Os Estados Unidos saíram da guerra com território intacto, reduzido número de vítimas e incomparável poderio econômico e militar.

Os russos estavam determinados a transformar a Europa Oriental em escudo contra invasões ocidentais como as promovidas por Napoleão e Hitler. Era preciso reanimar a Alemanha e evitar o risco comunista na França e na Itália, onde as esquerdas se fortaleceram na luta antinazista.

Considerado o maior estrategista militar da Segunda Guerra Mundial, o general Marshall havia sido chefe do Estado-Maior americano de setembro de 1939 até o fim de 1945. Nesse período, as tropas americanas pularam de 200 mil para 8 milhões e meio de homens. Mas chegara a hora da desmobilização militar e da reconstrução econômica. Marshall contava com seu enorme prestígio para popularizar o Plano e conseguir do Congresso fundos, equipamentos e serviços.

Nada mais incerto: os EUA tinham feito grande esforço econômico na guerra e, desde o fim das hostilidades, haviam contribuído com 15 bilhões de dólares para as zonas ocupadas. Em 1946, o governo americano conseguiu aprovar uma ajuda de 3,75 bilhões de dólares, sob a promessa de que seria a última, motivo pelo qual se tornava mais difícil

o Legislativo aceitar um programa que no primeiro ano consumiria 1% do PIB do país.

Foi um gesto simultaneamente generoso e estratégico: vencer a fome e a desesperança, reativar a indústria, evitar o risco de turbulências como as dos anos 30 e estimular “as condições políticas e sociais necessárias à existência de instituições livres”, nas palavras do próprio Marshall. Para isso contava com o alto nível de instrução e o *know-how* tecnológico dos europeus, boa rede de instituições financeiras e setores industriais preservados da destruição.

O Plano Marshall foi, finalmente, aprovado, a 3 de abril de 1948. Pela primeira vez na História, os vencedores de uma guerra ajudavam os derrotados com importantes aportes em dinheiro e técnica.

O *timing* do Plano foi perfeito, com os seus dois detonadores: o Tratado de Potsdam, de 1945, no qual Stalin reivindicou a mesma liberdade de ação que os aliados desfrutavam na Itália e na Grécia, e o fracasso do acordo de paz na conferência de Moscou meses depois. O golpe de Praga e a tomada de poder pelos comunistas na Tchecoslováquia, em fevereiro de 1947,

foi argumento decisivo em favor da necessidade de auxiliar a Europa Ocidental.

O Plano Marshall transferiu à Europa, entre 1948 e 1952, cerca de 13 bilhões de dólares, equivalentes a 80 bilhões de hoje, aplicados em três fases: assistência de emergência, reconstrução da capacidade de produção e eliminação de numerosas barreiras existentes entre os diversos países da Europa Ocidental, cujas moedas sequer eram conversíveis entre si.

Os integrantes do bloco soviético foram excluídos da ajuda. As economias beneficiárias cresceram 36% em quatro anos. A contrapartida européia foi a construção de um continente unido a partir da reconciliação franco-alemã. Em 1953, um ano depois da conclusão do programa, quando a economia alemã já era novamente a maior da Europa, Marshall recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Havia banido da Europa Ocidental os fantasmas da depressão, da instabilidade política e do comunismo.

Estadista, homem de visão, Marshall e suas idéias contrastavam com as teses

do secretário do Tesouro, Henry Morgenthau Jr., de desmontar todas as indústrias da Alemanha, transformando-a num país camponês. O Plano Marshall, ao contrário, expressou a antevisão de que a paz duradoura, a prosperidade e a segurança podem ser defendidas pela força das armas, mas só podem ser consolidadas pelo desenvolvimento e pela cooperação econômica.

Se o programa era econômico, a motivação era essencialmente política, o que levou alguns historiadores a acentuar seus aspectos egoístas, à medida que o objetivo principal seria brandir o talão de cheques para livrar a combalida Europa das mãos de Stalin. Mas a maioria dos historiadores da Guerra Fria credits ao Plano Marshall haver livrado dos conflitos étnicos, como os que dilaceraram a Iugoslávia, evitando vitórias eleitorais comunistas na França, impedindo a ocupação de Berlim pelos russos, a queda da Itália e da Grécia na órbita soviética e a perda pelos Estados Unidos do acesso ao Golfo Pérsico e o controle do Mediterrâneo.

Claro, não só a Europa se beneficiou: o Plano Marshall criou mercados que alimentaram a expansão americana nos anos 50. Mas os representantes da Europa Oriental, presentes às comemorações, não deixaram de observar que a proibição pela URSS da participação dos países do Leste no programa foi a principal responsável pelo ritmo medíocre da recuperação deles.

Os americanos, no fundo, gostaram da recusa russa, que era previsível em face das exigências dos Estados Unidos que significavam lesões à soberania soviética em matéria militar. Para o historiador diplomático John Gaddis, o resultado foi lançar sobre os russos a responsabilidade pela divisão da Europa. Passados 50 anos, o Plano Marshall continua exemplar para a Europa pós-comunista do Leste, empenhada em reconhecer que o regime que abandonou não tem mais qualquer significado histórico.

*(Reprodução de editorial do
Jornal do Brasil,
edição de 01.06.97)*

